

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



PREFEITURA DE
CANOAS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

Jairo Jorge da Silva
Prefeito

Lúcia Elisabeth Colombo Silveira
Vice-Prefeita

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Eliezer Pacheco
Secretário de Educação

Aristeu Ismailow Duarte
Secretário Adjunto de Gestão

Érida Francisca do Amaral
Secretária Adjunta Pedagógica

Jerusa Fofonka
Chefe de Gabinete

DIRETORIAS

Angelita Michelin
Diretora Pedagógica

Cláudia D. Vasconcellos Moraes
Diretora de Educação Infantil

Eri Domingos da Silva
Diretor de Educação Inclusiva

Heloisa Kremer Peiter
Diretora de Administração

Miriam Souza Batista
Diretora do Ensino Fundamental

Werner Neubert Drevnovicz
Diretor de Infraestrutura



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Todos nós temos uma responsabilidade educativa e a construção de uma cidade mais comprometida com a educação é um ato de responsabilidade coletiva. A educação proporciona a difusão de valores humanistas, o estímulo a criatividade e a inventividade, a igualdade de oportunidades, a inserção no mercado de trabalho, a abertura de horizontes e a aspiração para um mundo melhor.

Jairo Jorge
Prefeito de Canoas





APRESENTAÇÃO

A escola brasileira, apesar das possibilidades abertas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em sua grande maioria, preferiu continuar com a mesma estrutura curricular e com os mesmos métodos didático-pedagógicos praticados desde sempre. Hoje, de modo geral, temos, em pleno século XXI, uma escola do século XVIII, a qual apresenta muitas dificuldades em responder aos anseios de uma juventude conectada com o futuro. Já em 1996, a LDBEN, em seu artigo 23, afirmava:

[...] a organização da educação básica em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (LDBEN, 1996).

Apesar das amplas possibilidades abertas pela LDBEN, em termos de pluralidade pedagógica, a maioria das escolas continua se pautando pelas formas tradicionais de organização da aprendizagem e pela cultura da reprovação. Por isso, o grande desafio que se coloca hoje para aqueles que têm a responsabilidade de dirigir a escola pública, seja nas secretarias de educação, seja enquanto dirigentes das escolas, é torná-la contemporânea, com os olhos voltados para o futuro, o que requer ousadia e não o temor à possibilidade de errar, pois isso também faz parte do processo pedagógico.

Portanto, desde uma perspectiva de democracia e inclusão social, na direção contrária da histórica lógica da repetência e da "evasão", cada escola pode pensar-se e propor-se a partir das memórias, das experiências, dos saberes dos seus sujeitos. (MOLL, 2013, grifo da autora).





PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Em um mundo caracterizado por transformações vertiginosas, a educação tem que ser pautada pela inovação, pela tecnologia, pela busca permanente do inusitado, dentro de um determinado contexto conjuntural e territorial. A maior parte dos problemas educacionais, hoje, está fora da escola. Portanto, é indispensável a sua íntima ligação com as políticas públicas, de modo que estas atinjam aquilo que a escola não consegue atingir, criando as necessárias condições para o sucesso educacional. Também a comunidade precisa reconhecer a escola como sua parte integrante e patrimônio de todos. A relação com os membros da comunidade é tão importante quanto à relação com alunos e professores.

O objetivo central deste Projeto Político Pedagógico (PPP) é desafiar os gestores à ousadia e à busca do novo, dentro de um objetivo maior de fortalecer uma educação pública democrática, inclusiva e de qualidade. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é a base teórica sobre a qual as escolas devem exercer sua criatividade, sua ousadia no sentido de se reinventarem, tornando-se espaços prazerosos incentivadores das descobertas e da aprendizagem.

Eliezer Pacheco

Secretário Municipal da Educação





SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	TERRITORIALIDADE: ESPAÇO GEOGRÁFICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL	12
2.1	A cidade de Canoas.....	12
2.2	A Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Educação	13
2.3	A Rede Municipal de Ensino da cidade de Canoas.....	15
3	FUNDAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	18
3.1	Educação de qualidade: um direito de todos.....	18
3.2	A formação e a valorização dos profissionais da educação	20
3.3	A Família, a Escola, a Comunidade, o Governo e as Organizações Públicas e Privadas unidos em prol da educação e da formação integral.....	20
3.4	Currículo: formação integral e integrada do ser humano.....	22
3.5	Os processos de ensino e aprendizagem e os sujeitos do processo educativo.....	24
3.6	A avaliação compreendida em suas dimensões diagnóstica, processual e formativa	25
3.7	A Gestão estratégica, democrática e participativa	26
4	EDUCAÇÃO INFANTIL	29
4.1	Finalidades da Educação Infantil.....	29
4.2	Organização da Educação Infantil na Rede Municipal	31
4.3	A Relação entre família-escola e o processo de adaptação da criança	31
4.4	O cuidar e o educar na Educação Infantil	32
4.5	A organização do currículo, dos espaços e dos tempos educativos.....	33
4.6	Letramento e ambiente alfabetizador na Educação Infantil.....	36
4.7	Sistema de Avaliação na Educação Infantil	37
5	ENSINO FUNDAMENTAL.....	39
5.1	Finalidades do Ensino Fundamental.....	39
5.2	Organização do Ensino Fundamental na Rede Municipal	40



5.3 A organização do currículo, dos espaços e dos tempos educativos em cada Bloco Pedagógico.....	42
5.4 Sistema de Avaliação em cada Bloco Pedagógico do Ensino Fundamental	43
5.5 A Educação Integral.....	44
6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	46
6.1 Finalidades da Educação de Jovens e Adultos.....	46
6.2 Organização da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal	46
6.3 A organização curricular na Educação de Jovens e Adultos	46
6.4 Sistema de Avaliação na Educação de Jovens e Adultos	47
7 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	50
7.1 Por uma Escola Inclusiva	50
7.2 Serviços e estruturas de apoio.....	51
7.3 Escola bilíngue.....	53
7.4 Estimulação precoce.....	54
8 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL.....	55
8.1 Programa de Formação Continuada Escola em Movimento, Saberes e Fazeres em Cena...56	
8.2 Formação continuada em serviço	56
8.3 Valorização das práticas exitosas	58
9 PROGRAMAS EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL.....	59
10 PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE	66
11 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA: ÂMBITOS MUNICIPAL E FEDERAL	68
11.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).....	68
11.2 Sistema de Avaliação da Educação Municipal (SAEM).....	71
REFERÊNCIAS	73





1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que traduz os princípios, as concepções e os eixos norteadores que orientam a ação educativa nas escolas da Rede Pública Municipal de ensino. Esse documento se reveste de um valor ímpar, considerando-se que ele é uma das possibilidades de assegurar a identidade educacional de uma rede de ensino, a qual se expressa a partir da garantia de um eixo balizador comum que orienta os fazeres cotidianos em termos de pressupostos teórico-metodológicos que são comuns a esta Rede. É o norteador das práticas de gestão, do processo democrático, a partir do amplo debate conceitual, através da prática dialógica e comprometida, no âmbito da Secretária da Educação, corrobora para que as ações e políticas desenvolvidas tenham seu cunho político pedagógico.

Nesse contexto, este possui três funções básicas: integrador, pois articula pressupostos teóricos e metodológicos; atualizador, porque é um instrumento em constante renovação para atender às demandas educacionais emergentes; e estruturante, pois estrutura a constituição e os princípios que fundamentam as ações educativas das escolas.

O PPP é resultante do trabalho coletivo iniciado com o PDE-Canoas 2022, contemplando a participação das famílias, dos profissionais da educação que atuam no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, das equipes diretivas das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (diretores, vice-diretores, supervisores e orientadores), dos professores e alunos. Para assegurar tal participação foram realizados encontros na modalidade de palestras, seminários, grupos de estudo, dentre outros, com vistas a contemplar as concepções, os olhares, as experiências e as expectativas daqueles que estão envolvidos no processo educativo.

Desta forma, considera as trajetórias, as experiências, as conquistas e as dificuldades neste percurso de reestruturação do Ensino Fundamental, articulando e contemplando o ideário educacional dos profissionais da educação que atuam nas escolas municipais. Entretanto, o que ora se projeta em termos de proposta pedagógica requer algumas rupturas paradigmáticas para ser viável à efetivação do que se vislumbra concretizar em termos educacionais.

Assim, o Projeto Político Pedagógico do Município de Canoas constitui-se em um documento que congrega as orientações pedagógicas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da modalidade Educação de Jovens e Adultos, fundamentado nos dispositivos legais que orientam a ação educacional na Educação Básica no âmbito nacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9.394/96); Plano Nacional de Educação; Diretrizes Nacionais de Educação), e nos dispositivos municipais, tais como o Plano Municipal de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE CANOAS 2022), dentre outros.



É nas diretrizes do PDE CANOAS 2022 (p.31-41) que apresenta-se o Desenvolvimento da Educação em Canoas até 2022:

- Fortalecer o vínculo entre o Município e as escolas e Famílias.
- Desenvolver um Plano de Melhoria Compartilhada.
- Construir passo a passo uma educação com mais qualidade.
- Ampliar a competência cultural, social e empreendedora.
- Comunicar de forma eficiente para um maior envolvimento das famílias, alunos e professores.
- Qualificar os profissionais da educação.
- Acompanhar uma turma piloto em escola-modelo.
- Acompanhar a transição de alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.
- Lidar com as novas tecnologias e a informação.



Em consonância com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007), o PPP elege como prioridades:

**Prioridades do Projeto
Político Pedagógico**

Foco na aprendizagem; alfabetização das crianças até os oito anos de idade; acompanhamento individual do aluno e avaliação periódica; combate à repetência e a evasão; aluno em escola próxima a sua residência; ampliação do tempo de permanência do aluno além da jornada regular; formação ética, artística e educação física; acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas; promoção da Educação infantil; alfabetização de jovens e adultos; programa para formação inicial e continuada de profissionais da educação; plano de carreira; valorização do mérito dos profissionais da educação; construção participativa do projeto político pedagógico; transparência da gestão pública na área da educação; gestão participativa; acompanhamento das políticas públicas na área da educação; integração dos programas da área da educação com os de outras áreas; fomento e apoio dos conselhos escolares; transformação da escola num espaço comunitário; parcerias externas à comunidade escolar para a melhoria da infra-estrutura da escola e a promoção de projetos socioculturais e ações educativas; organização do comitê local para a mobilização da sociedade visando o acompanhamento das metas de evolução e divulgação do desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.



AS 5 METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO PARA 2022		
META	Descrição Da Meta	Estágio Atual Da Meta
META 1	98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos na Escola.	91,5% (2010)
META 2	100% das crianças plenamente alfabetizadas até o final da 2ª série ou 3º ano do Ensino Fundamental.	42,8% a 56,1% (2011)
META 3	Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é essencial para a sua série.	11,0% a 34,2% (2009)
META 4	Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros deverão ter completado o Ensino Fundamental e 90% ou mais de jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.	63,4% e 50,2% (2009)
META 5	De 2010 a 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5%* ou mais do PIB*.	4,3% (2010)

*O PNE recentemente aprovado, estabelece uma meta de 10% do PIB.
Fonte: PDE CANOAS 2022, 2013, p.19.

O Compromisso Todos Pela Educação constitui uma das bases documentais do PDE Canoas 2022, elencando cinco metas como prioritárias, sendo que o quadro acima apresenta o estágio de desenvolvimento de cada uma.

Com base neste PPP e nos demais dispositivos legais municipais, os profissionais da educação revisitarão os fundamentos dos projetos político-pedagógicos que norteiam a ação de cada uma das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

Assim, este documento de acordo com as concepções e a organização político pedagógica, determinadas pela legislação vigente brasileira, orienta a todas as Escolas da Rede Municipal de Educação de Canoas, buscando orientar a organização dos processos, dos recursos, das relações, do tempo e do espaço das escolas, em seus diferentes níveis e modalidades de atuação: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.





2. TERRITORIALIDADE: ESPAÇO GEOGRÁFICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL

2.1 A cidade de Canoas



O município de Canoas foi criado em 21 de junho de 1939, mas sua ocupação começou a se delinear antes, com a construção da estrada de ferro Porto Alegre – São Leopoldo em 1874. Em 1931 foi construída uma ponte sobre o rio Gravataí, ligando Porto Alegre ao norte do estado, e em 1935 foi preparado o terreno para um campo de pouso que foi o embrião do V Comando Aéreo, em Canoas.



A presença da base aérea foi fundamental para a emancipação do município. Nos anos 50 a construção da BR-116 deu um novo impulso ao desenvolvimento de Canoas, e na década de 60 a vocação industrial do município se consolidou com a instalação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP). A partir daí, diversas áreas com ocupação industrial se consolidaram na cidade, especialmente nas suas porções norte e sul, junto à BR-116 e ao rio Gravataí.

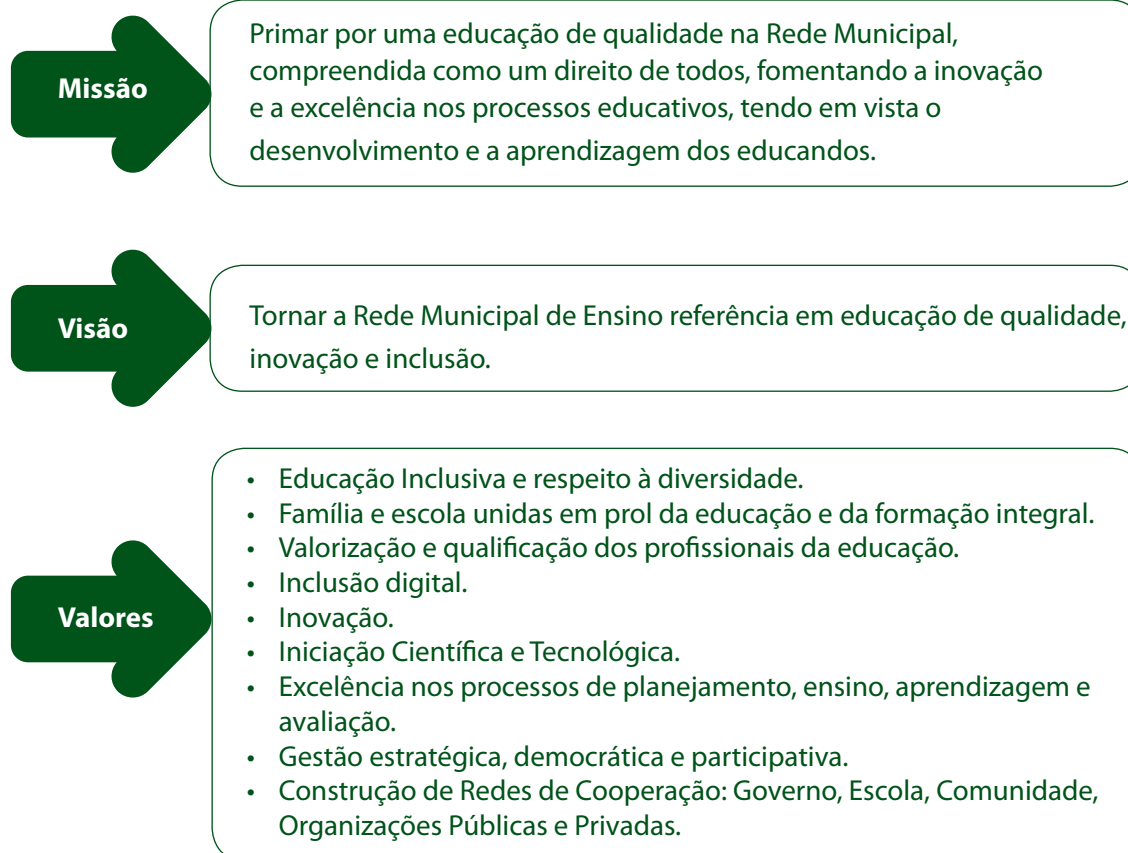
Canoas teve um crescimento populacional significativo nas décadas de 70, 80 e 90. Segundo dados de 2010 o município tem 323.827 habitantes e possui densidade demográfica de aproximadamente 2.500 hab/km², com taxa de urbanização de 100%. A localização estratégica do município, no centro da ligação entre Porto Alegre, a região serrana e o pólo petroquímico de Triunfo, bem como a infraestrutura instalada, trouxe a Canoas um grande desenvolvimento e um parque industrial onde predominam a indústria química e metal-mecânica, fazendo com que responda pelo 2º maior PIB do Rio Grande do Sul. Conforme os dados da Prefeitura Municipal de Canoas nos bairros periféricos moram 79% da população do Município, apresentando uma densidade demográfica de 2470,13 hab/Km², para uma área de 131,094 Km². O Município é o quarto em população no Estado. Outro dado que sustenta a necessidade de cada vez mais ampliar o atendimento às crianças e jovens canoenses é que a população jovem até 15 anos representa 22,38% da população, isto é, são 72.467 crianças e jovens, dos quais 29.527 estão matriculados em escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal; e 2.952 em escolas de Educação Infantil, também da Rede.



2.2 A Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Educação

A Secretaria Municipal da Educação tem como finalidade implantar e executar as políticas de ensino infantil; implantar e executar as políticas de ensino fundamental e especial; a assistência ao educando; promover a alfabetização e a educação de adultos; o relacionamento com as entidades estudantis; a administração de convênios e de ajustes realizados pelo Município com outros Entes da Federação. Também é responsável pelo relacionamento com entidades educacionais privadas e de outros Entes da Federação; pela a formação continuada dos profissionais da educação, inclusão digital de todos os alunos do ensino infantil, fundamental e especial. À Secretaria cabe promover a inclusão, desenvolver o processo cultural no plano técnico-didático-pedagógico e exercer outras competências para execução de atividades da área de atuação da Secretaria Municipal da Educação previstas em lei

Tendo presente o seu planejamento estratégico, a SME tem como Missão, Visão e Princípios:





Para efetivar a sua missão, visão e princípios, a Secretaria de Educação (SME) conta com a seguinte estrutura: Secretário de Educação, assessorado por um Secretário Adjunto de Projetos Pedagógicos e um Secretário Adjunto de Gestão. A seguir, encontram-se as Diretorias Pedagógica, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação Inclusiva, de Administração e a de Infraestrutura. Cada diretoria está composta por Unidades.

Nas escolas, a estrutura está composta pelos seguintes profissionais:

- a) **Equipes diretivas:** A equipe diretiva é a responsável pela gestão e a coordenação do trabalho administrativo e pedagógico da escola, devendo articular, problematizar, mediar, propor, operacionalizar e acompanhar os processos da escola, em parceria com os órgãos colegiados (Círculo de Pais e Mestres e Conselho Escolar). Nas escolas de Educação Infantil a equipe é composta pelo diretor, indicado(a) pela Secretaria Municipal da Educação e por um profissional da Secretaria de Educação que realiza a assessoria pedagógica na organização do cotidiano escolar. Nas escolas de Ensino Fundamental a equipe é composta pelo diretor, vice-diretor, supervisor e orientador. Escolas que atendem à modalidade de Educação de Jovens e Adultos noturna e que tenham no mínimo 200 alunos contam também com um vice-diretor, supervisor e orientador. A direção e vice-direção são eleitas, através de eleições diretas, com a participação dos professores, funcionários, alunos e pais. A coordenação pedagógica (supervisor e orientador) é escolhida pelas equipes em consonância com a SME e são profissionais do quadro do magistério, com a formação indicada na Lei 5580/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, de Carreira e de Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Canoas.
- b) **Profissionais da Educação:** São profissionais da educação, na Rede Municipal de Ensino, os professores e agentes de apoio habilitados em nível médio ou superior, para o exercício da docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.
- c) **Profissionais de apoio:** São profissionais de apoio todos aqueles que trabalham com os serviços de merenda, limpeza, segurança e secretaria da Escola. A Escola deve prever uma dinâmica que possibilite a integração e participação de tais profissionais com as questões da Escola, pois desenvolvem suas atividades neste espaço, permitindo, desta forma, a qualificação dos serviços prestados.





2.3 A Rede Municipal de Ensino da cidade de Canoas

A Educação Básica, considerada o primeiro nível de ensino escolar, compreende três etapas, das quais, duas são atendidas pela Rede Municipal de ensino de Canoas. A Educação Infantil destina-se a crianças com até 5 (cinco) anos de idade; o Ensino Fundamental, a alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (a partir de 15 anos). Apesar desta correlação entre o nível/modalidade de ensino e a idade dos alunos, a legislação vigente garante o direito de que todos os sujeitos frequentem a escola regular em qualquer idade, sendo uma premissa o oferecimento de condições àqueles que não tenham frequentado a escola na idade adequada, possibilitando aceleração de seus estudos, alcançando formação equivalente à Educação Básica.

Assim, a Rede Municipal de Canoas mantém escolas de Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental regular e modalidade Educação de Jovens e Adultos. O atendimento do Ensino Médio no Município fica a cargo das instituições privadas de ensino e do Estado. Em termos organizacionais, a SME utiliza o critério de agrupamento das escolas por quadrantes, conforme demonstram os quadros 1, 2, 3 e 4.

Quadro 1 – Escolas situadas no Quadrante Sudoeste

Educação Infantil	Ensino Fundamental
EMEI Carinha de Anjo	EMEF Assis Brasil
EMEI Gilda Schiavon	EMEF Barão de Mauá
EMEI Marilene Machado	EMEF Coronel Francisco Pinto Bandeira
EMEI Meu Pedacinho de Chão	EMEF Doutor Nelson Paim Terra
EMEI Professora Idara Câmara Rocha	EMEF General Osório
EMEI Vó Maria Aldina	EMEF Ícaro
	EMEF Monteiro Lobato
	EMEF Paulo VI
	EMEF Professor Doutor Rui Cirne Lima
	EMEF Rio Grande do Sul



Quadro 2 – Escolas situadas no Quadrante Sudeste

Educação Infantil	Ensino Fundamental
EMEI Beija Flor	EMEF Duque de Caxias
EMEI Mundo Mágico	EMEF Farroupilha
EMEI Pequeno Polegar	EMEF Jacob Longoni
EMEI Pintando o Sete	EMEF Pernambuco
EMEI Tia Maria Lúcia	EMEF Santos Dumont
EMEI Vó Lola	EMEF Theodoro Bogen

Quadro 3 – Escolas situadas no Quadrante Noroeste

Educação Infantil	Ensino Fundamental
EMEI Gente Miúda	EMEF Arthur Pereira de Vargas
EMEI Mãe Augusta	EMEF Ceará
EMEI Pingo de Gente	EMEF David Canabarro
EMEI Professora Carmem Ferreira	EMEF Bilíngue para Surdos Vitória
EMEI Recanto do Filhote	EMEF Gonçalves Dias
EMEI Vó Doralice	EMEF João Palma da Silva
EMEI Vó Inezinha	EMEF João Paulo I
EMEI Vó Pichuca	EMEF Max Adolfo Oderich
EMEI Vó Sara	EMEF Ministro Ruben Carlos Ludwig
	EMEF Professor Thiago Würth
	EMEF Professora Odette Yolanda Oliveiras Freitas
	EMEF Rio de Janeiro



Quadro 4 – Escolas situadas no Quadrante Nordeste

Educação Infantil	Ensino Fundamental
EMEI Bem-me-quer	EMEF Arthur Oscar Jochins
EMEI Cara Melada	EMEF Carlos Drummond Andrade
EMEI Carrossel	EMEF Castelo Branco
EMEI Jornalista Marione Machado Leite	EMEF Engenheiro Ildo Meneghetti
EMEI Olga Machado Ronchetti	EMEF Erna Würth
EMEI Pé de Moleque	EMEF General Neto
EMEI Pé no Chão	EMEF Prefeito Edgar Fontoura
EMEI Professora Terezinha Tergolina	EMEF Guajuviras
EMEI Tia Lourdes	EMEF Governador Walter Peracchi de Barcellos
EMEI Tijolinho	EMEF Irmão Pedro
EMEI Vó Babali	EMEF Professora Nancy Ferreira Pansera
EMEI Vó Corina	EMEF Tancredo de Almeida Neves
EMEI Julieta Balestra	EMEF Rondônia
	EMEF Sete de Setembro
	EMEF Governador Leonel de Moura Brizola

A educação é um dos pilares do desenvolvimento humano, sociocultural, político e econômico. A educação de qualidade se constitui no cerne do ideário político e educacional da Rede Pública Municipal de Ensino, tendo a inovação pedagógica como um dos eixos condutores.

Tendo presente o que estabelece o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE CANOAS 2022), a Missão, Visão e Princípios da Secretaria Municipal da Educação, a Rede Municipal de Ensino tem como eixos balizadores de sua ação, as seguintes dimensões: promoção da aprendizagem, formação dos profissionais da educação, construção dialógica com a família e a comunidade local e consolidação da excelência em gestão pública como prática de gestão.





3. FUNDAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico está estruturado tendo presente os seguintes fundamentos:

Fundamentos do PPP

- Educação de qualidade: um direito de todos.
- A formação e valorização dos profissionais da educação.
- A Família, a Escola, a Comunidade, o Governo e as Organizações Públicas e Privadas unidos em prol da educação e da formação integral.
- Currículo: formação integral e integrada do ser humano.
- Os processos de ensino e aprendizagem e os sujeitos do processo educativo.
- Os processos de ensino e aprendizagem e os sujeitos do processo educativo
- A avaliação compreendida em suas dimensões diagnóstica, processual e formativa.
- Gestão estratégica, democrática e participativa.

3.1 Educação de qualidade: um direito de todos

Por educação entendemos o processo de formação ampla do ser humano, implicando socialização e humanização. Em outros termos, educar é humanizar, visto que nos tornamos humanos, mediante processos de aprendizagem e de desenvolvimento contínuos. Podemos entender a educação como um "fenômeno primordial e básico da vida humana, congênere e contemporâneo da própria vida em todas as suas fases e situações" (MARQUES, 1996, p. 51).

Ao falarmos em educação temos presente que esse conceito está intrinsecamente relacionado ao de formação. Portanto, a educação é um processo que se inicia no seio familiar, antes mesmo da criança ingressar numa instituição educativa e se estende ao longo de toda a vida. Nessa lógica, percebemos então que a educação não é somente responsabilidade da Escola, mas, um compromisso de toda a sociedade, começando no ambiente familiar. Assim, a educação, compreendida como um direito do ser humano, visa ao desenvolvimento integral da pessoa, considerando suas múltiplas dimensões: cognitiva, afetiva, sociocultural, histórica, política e ética.



Uma educação de qualidade prioriza os Direitos da Criança como uma das condições para o desenvolvimento integral e o bem-estar infantil, como salienta a própria Convenção, a Constituição Federal Brasileira, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Dessa forma, “[...] é preciso evitar uma educação pobre para crianças pobres e a redução da qualidade à medida que se democratiza o acesso” (BRASIL, 2001).



Uma educação pautada pela Cultura dos Direitos Humanos prioriza: as características e especificidades de cada pessoa e sua respectiva etapa de desenvolvimento; o respeito e o acolhimento das diferenças; o diálogo, a participação e a cooperação; a solidariedade; a construção de espaços e ambientes que favoreçam a aprendizagem, dentre outros. Ter uma educação de qualidade desde a Educação Infantil é um direito da criança, pois tal educação poderá se constituir num entrave ou num facilitador para seu desenvolvimento e aprendizagem no decorrer de sua trajetória escolar. A educação escolar, neste contexto, precisa reinventar e articular integralmente saberes, conteúdos, espaços e tempos na busca constante da promoção da aprendizagem, da humanização das relações e a constituição da cidadania.

Educação e conhecimento são temas intimamente relacionados: os sujeitos possuem capacidade de aprender e de conhecer e esse é um dos motivos pelos quais conferimos sentido à atividade educativa. Partimos do pressuposto de que o aluno constrói o conhecimento a partir das relações que ele estabelece com o meio físico e social. Nessa perspectiva, as relações entre pares e professor-aluno são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem, sendo o professor considerado o mediador nesse processo (VYGOTSKI, 1993; FEUERSTEIN, 1986).

Na escola, o sentido atribuído ao ato de educar depende sobremaneira do entendimento acerca do que se considera conhecimento. Isso significa, em termos práticos, que ao preparar, desenvolver e avaliar uma aula, o professor lida com uma determinada concepção de conhecimento e de aprendizagem, e que as metodologias, as ênfases e as estratégias de avaliação acompanham tais concepções com maior ou menor grau de coerência. A práxis educativa é oriunda de uma relação que se estabelece entre a teoria e a prática no fazer pedagógico. Esta relação pressupõe uma posição reflexiva, pautando-se na reflexão “na ação e sobre a ação” conforme sugerem Schön (1992, 2000), Zeichner (1993) e Tardif (2002).



3.2 A formação e valorização dos profissionais da educação.

A formação é condição inerente no decorrer da trajetória profissional e no exercício da docência. No que se refere à formação do profissional que atua na Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, salienta que:

A formação dos profissionais da educação infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de 0 a 6 anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne, cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente.

A valorização docente passa pela necessária profissionalização, sendo fundamental a qualificação profissional, com formação adequada, salários dignos, jornada de trabalho que inclua tempo para estudo e pesquisa, bem como para a atuação dos professores em atividades extraclasse.

[...] o magistério, em qualquer nível de ensino, tem de recuperar seu orgulho e dignidade e reinventar o conceito de vocação, distanciando-se tanto da visão messiânica e de apostolado de antes como das concepções tecnocráticas e assépticas de hoje. (CARBONELL, 2002, p.110)

Contempla-se ainda na valorização profissional um plano de carreira que possibilite aos profissionais da educação o crescimento profissional, condições de trabalho para que exerçam suas atividades e desempenhem seu importante papel no processo de aprendizagem e um programa do bem-estar docente, o qual sirva de medidas preventivas ao desgaste cotidiano da profissão.

3.3 A Família, a Escola, a Comunidade, o Governo e as Organizações Públicas e Privadas unidos em prol da educação e da formação integral.

A educação de qualidade pressupõe a existência de um projeto educativo em rede em que se conjuguem esforços coletivos em prol do aprimoramento e qualificação da gestão e dos processos e práticas educativas.





Pensar a comunidade escolar, no âmbito da Rede Municipal de ensino, significa compreender a identidade do Município, bem como as especificidades das comunidades em que estão inseridas as escolas, constituindo um fator indispensável para favorecer o pleno desenvolvimento dos sujeitos e a preparação para o exercício da cidadania.

O contato com a realidade local, através da interação entre a escola e a comunidade, deve direcionar as ações de forma condizente com a realidade cotidiana, assumindo um caráter local, através dos conhecimentos trabalhados, aproximando os indivíduos ao espaço da escola e favorecendo as aprendizagens realizadas neste espaço, contribuindo para o desenvolvimento da(s) própria(s) comunidade(s). A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 205, destaca que:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A família é o primeiro e principal contexto de desenvolvimento, de educação e de socialização da criança seguido pela escola. Estes contextos de desenvolvimento, enquanto mediadores entre o mundo e a criança, são fundamentais para que ela possa se desenvolver de forma plena e integral e se constituir enquanto pessoa, através de um processo de humanização. Ao se falar em família, é preciso romper com a idéia de um modelo universal em termos de relações vinculares e estruturais. Dependendo dessas relações e das formas como elas se estruturam podem surgir configurações familiares diferenciadas.



A família e a escola, estando unidas em prol da educação e da formação integral, contribuem para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.





3.4 Currículo: formação integral e integrada do ser humano

Ao se referir ao conceito de currículo torna-se necessário termos presente que tal conceito pode ser considerado a partir de três perspectivas, quais sejam: currículo formal (planos e propostas pedagógicas), currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas), currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores trazem, carregado de sentidos próprios, criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula).

O curriculum não é um corpo estático de conteúdos predeterminados que é reproduzido através do processo pedagógico. Consiste, em mudança, na seleção e organização de conteúdos no seio de um processo pedagógico dinâmico e reflexivo, evoluindo e desenvolvendo-se constantemente, portanto, através do mesmo [...]. Daí o caráter fundamental da ideia dos professores enquanto pesquisadores, a partir do ponto de vista de Stenhouse sobre o desenvolvimento do curriculum. Afirmava que não podia ser produzido desenvolvimento do curriculum sem desenvolvimento do professor, o que significa desenvolvimento das capacidades reflexivas dos docentes. (ELLIOT, 2005, p.30).

Conforme salienta Arroyo (2012), o aluno tem o direito a um currículo que lhe seja significativo e que expresse a compreensão de um sujeito do conhecimento completo em todas as suas dimensões: culturais, históricas, políticas, físicas. Compreender o aluno como um ser que tem direito a aprender, é compreender que ele tem direito a ser educado na sua integralidade, por isso a importância da escola contemplar na organização curricular os quatro pilares da educação sinalizados por Delors (1999): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com os outros, aprender a ser.

O currículo precisa ser planejado para um sujeito contextualizado e que expresse a diversidade de culturas, histórias e compreensões que caracterizam o nosso País, em consequência nosso Município. Outro fator essencial para o avanço das propostas curriculares é a aproximação do corpo docente com o cotidiano, o pensamento e as necessidades da comunidade. À comunidade deve ser oportunizada inserir-se na construção da organização curricular da escola, seja através da participação ativa na decisão do que seus filhos devem estudar, seja como espaço de pesquisa das reais demandas de aprendizagem, através de levantamentos como por exemplo a pesquisa sócio-antropológica.

Neste sentido a escola deve constantemente propor a articulação entre conhecimento e vida, identidade e diversidade, formação e humanização, cidadania e direitos, bem como construir uma nova organização pautada na horizontalidade das relações, possibilitando o avanço da gestão democrática e a construção da prática educativa pelo coletivo dos profissionais.



Uma das características da sociedade contemporânea é a rapidez da proliferação das informações e a possibilidade de interação, através das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), de se romper os limites do tempo e espaço. A inclusão digital e o uso pedagógico da ferramenta tecnológica nas escolas é uma das formas de viabilizar a democratização e o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação. Além disso, a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem tem contribuído para a construção colaborativa do conhecimento, tornando o ato de aprender mais dinâmico, interativo e prazeroso.

Dessa forma, o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM) é o espaço onde estes conhecimentos e habilidades são desenvolvidas, sendo que as quarenta e três escolas de Ensino Fundamental municipais dispõem desta ferramenta educacional.



Com o advento da informática aliada aos meios de comunicação a apropriação adequada das tecnologias digitais pode otimizar novos processos de ensino e aprendizagem. O uso da informática na educação cria não só um ambiente facilitador, mas principalmente instigador, de reflexão crítica, do

prazer pela pesquisa e da aprendizagem contínua e autônoma (MORAN ; MASETTO; BEHRENS, 2010).

A Iniciação Científica e Tecnológica deve perpassar todo o currículo escolar, desde a Educação Infantil. Assim, a construção do conhecimento científico inicia desde a mais tenra idade.



[...] o verdadeiro conhecimento científico nasce bem mais de integrações do tipo sujeito / objeto, parte / todo, objetividade / subjetividade, neutralidade / participação do que de oposições que nos excluem daquilo de que somos parte viva e ativa, como pessoas que sentem e pensam e como cientistas que pensam e sentem. (BRANDÃO, 2003, p. 49).





Para atender a um mundo em constantes transformações, é necessário que a escola e as práticas educativas se renovem. A inovação pedagógica pode tanto ser compreendida como introdução de algo novo e desconhecido a um contexto, quanto pela emergência de algo dentro de um determinado contexto. Dessa forma, podem ser “inovações externamente induzidas” e ou “inovações internamente geradas”.

As inovações educacionais externamente induzidas dizem respeito à introdução, na escola, de algo existente fora dela, como programas, equipamentos, procedimentos, conteúdos etc. Já as inovações educacionais internamente geradas referem-se a ações produzidas – concebidas e desenvolvidas – pelos próprios agentes educativos no contexto da instituição escolar. Uma escola com práticas pedagógicas inovadoras incentiva a criatividade; destina espaços e tempos para a partilha e a discussão sobre as práticas educativas cotidianas; mobiliza a comunidade educativa a ter um olhar atento sobre a dinâmica do sistema educacional e do próprio contexto educativo, visando ao êxito de sua função social. Assim, a inovação pedagógica implica a superação de inseguranças, a capacidade de lidar com o inusitado e o desenvolvimento de habilidades e competências que viabilizem a inventividade e o empreendedorismo. Pressupõem abertura e disponibilidade a novas aprendizagens, a revisão de concepções e posturas e o rompimento com práticas que, por vezes, encontram-se cristalizadas. (CUNHA, 2003; FARIAS, 2006).

3.5 Os processos de ensino e aprendizagem e os sujeitos do processo educativo

Os processos de desenvolvimento e aprendizagem dinamizam-se no mundo social e cultural da criança, sendo que o desenvolvimento infantil decorre da confluência de duas fontes geradoras: a biológica e a social (VYGOTSKI, 1993). Portanto, nos processos de ensino e aprendizagem é fundamental o conhecimento e o respeito às diversas dimensões que constituem o ser humano (física, cognitiva, emocional, sociocultural e afetiva) e as características e especificidades de cada fase do desenvolvimento.



É preciso ter ciência que um desenvolvimento saudável pressupõe a presença do cuidar e educar nos processos educativos. Existem múltiplas formas de aprender e cada pessoa possui um estilo de aprendizagem. Assim, ao se propor situações de aprendizagem, é necessário buscar abordar os conteúdos de forma diversificada contemplando-se as múltiplas linguagens.



Especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a dimensão lúdica é um componente fundamental para a aprendizagem. Através do brincar a criança cria situações imaginárias, base fundamental para o desenvolvimento da criatividade.



A exigência de elevar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem nas instituições educativas constitui uma preocupação e necessidade que ultrapassa o universo escolar. Esta necessidade não provém somente das discussões no meio escolar e acadêmico, mas é igualmente e, sobretudo, uma exigência social. De modo geral, a mudança se constitui num processo gradativo o qual supõe uma transformação no sujeito em relação à sua forma de pensar, de ser e de interagir com o mundo circundante e com os outros.

3.6 A avaliação compreendida em suas dimensões diagnóstica, processual e formativa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) determina que a avaliação seja “contínua e cumulativa”, sendo que os aspectos qualitativos são preponderantes sobre os quantitativos. De acordo com Hoffmann (2001, p. 18):

Avaliar para promover significa, assim, compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica, visando à promoção moral e intelectual dos alunos. O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo sempre ações interativas.

A concepção do professor sobre a função da avaliação implica nos modos de avaliar, nos instrumentos a serem utilizados e na forma de lidar com os resultados obtidos pelo aluno. Portanto, compete ao professor ter clareza que a avaliação somente terá sentido nos processos de ensino e de aprendizagem se ela tiver a conotação de diagnóstico do desempenho de cada aluno. Cada aluno precisa ser considerado na sua individualidade e, desta forma, não há porque classificar e rotular os alunos a partir de comparativos.





Neste contexto, apontamos a avaliação como um processo contínuo e formativa em todas as etapas e modalidades da educação básica atendidas na Rede Municipal, onde serão dispostos diferentes mecanismos que irão corroborar para que se efetive a avaliação a serviço da aprendizagem. A avaliação realizada internamente pela Escola, a qual busca diagnosticar o processo de construção da aprendizagem de cada turma, aluno ou ano (série), constitui-se como a principal avaliação, pois permite prever ações ao longo do ano letivo para que o aluno desenvolva a aprendizagem esperada para o ano(série) ou bloco pedagógico ao qual frequenta. Diante de uma perspectiva formativa e de processo, a avaliação deve servir para: a) diagnosticar o que o aluno sabe, como ele aprende e suas dificuldades na aprendizagem; b) oportunizar a adequação das práticas pedagógicas; c) estabelecer metas de aprendizagem e traçar estratégias.



“O direito à educação, que durante longos anos no Brasil significou o direito de matrícula em alguma escola, depois dos avanços recentes e da reflexão sobre direitos individuais consagrados na Constituição Federal de 1988, significa hoje o direito ao aprendizado”. (BRASI, 2008, p.11)

3.7 A Gestão estratégica, democrática e participativa

A escola configura-se como uma organização complexa em seus fundamentos, dimensões e compromissos. Numa visão sistêmica, a escola equipara-se a um micro-sistema aberto, que estabelece relações, influencia e é influenciado por outros micro e macro-sistemas sociais. Essas influências trazem implicações em seus princípios, organização, processos e práticas. (PARO, 2002).

A gestão envolve o planejamento, a organização e o trabalho com pessoas, bem como recursos concernentes, para que seja possível o alcance dos objetivos institucionais. Para que isso se torne viável, é fundamental reconhecer que não é mais possível, nem responde às demandas atuais, uma gestão educacional somente com base em experiências passadas e de forma intuitiva. Contudo, é preciso também considerar que uma realidade complexa como a atual requer mais do gestor, para o enfrentamento de dificuldades e desafios. Conforme Luck, 2002, p. 25):

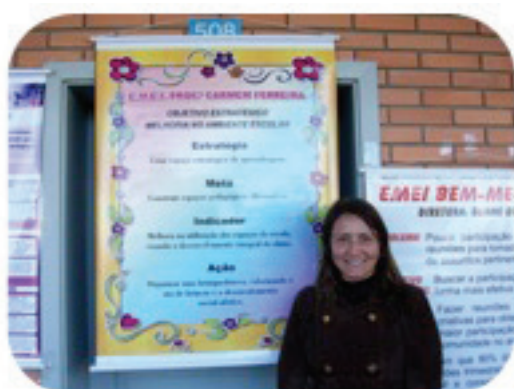


O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes. A sua diversidade é um desafio para os gestores. Dada, de um lado, essa multiplicidade de competências, e de outro, a dinâmica constante das situações, que impõe novos desdobramentos e novos desafios ao gestor, não se pode deixar de considerar como fundamental para a formação de gestores, um processo de formação continuada, em serviço, além de programas especiais e concentrados sobre temas específicos.

A gestão estratégica, democrática e participativa é o eixo condutor da administração pública de Canoas. Igualmente, este é o eixo norteador do modelo de gestão adotado no âmbito da Secretaria Municipal da Educação e pelas equipes diretivas das escolas da rede.



Para atender as demandas da gestão educacional, os gestores da Rede Municipal são instrumentalizados, através da formação continuada, com um conjunto de conhecimentos, procedimentos e técnicas que lhes viabilizem planejar a sua ação gestora a curto, médio e longo prazo.





A família também é parte significativa no conjunto de decisões e deliberações na formação integral do aluno e, para tanto, deverão ter seus espaços de participação garantidos, no planejamento e gestão da escola, através de reuniões de pais, dos colegiados (CPM e Conselhos Escolares), e outras formas consideradas viáveis pela gestão escolar.



Conselhos Escolares

DELIBERAÇÃO sobre as normas internas e o funcionamento da escola.

PARTICIPAÇÃO da elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

ANÁLISE das questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola.

ACOMPANHAMENTO da execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola.

MOBILIZAÇÃO da comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.**



4. EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1 Finalidades da Educação Infantil

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define a responsabilidade do Estado com a Educação Infantil, estabelecendo o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças. A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996, capítulo II, seção II, art. 29), tem como objetivo promover situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento integral da criança.



Ao se falar em desenvolvimento integral, tem-se presente que tal desenvolvimento abrange múltiplas dimensões, necessidades e peculiaridades físicas, afetivo-emocionais, sócio-culturais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos.



O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, volume 1, p. 13) estabelece como princípios para a Educação Infantil:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A criança que frequenta a Educação Infantil possui como principais características a imaginação, a curiosidade, o movimento e o desejo de aprender e conhecer, através do brincar, a capacidade simbólica, o uso de múltiplas linguagens, a participação em jogos que envolvem regras, o processo de construção de sua autonomia e de sua identidade.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, volume 2) afirma que o brincar é instrumento que garante o desenvolvimento integral da criança, elencando os benefícios do jogo simbólico para a construção do conhecimento.

A criança utiliza múltiplas linguagens, ou seja, múltiplas formas para manifestar e comunicar ideias e sentimentos.





As linguagens utilizadas pela criança foram se desenvolvendo antes mesmo da criança se tornar aluno e ingressar no ensino formal, como por exemplo, a linguagem plástico-visual (desenho, pintura, modelagem), linguagem sonoro-visual (música), linguagem gestual-corporal (dança, dramatização) e até mesmo os próprios jogos e as brincadeiras (JUNQUEIRA FILHO, 2005).

4.2 Organização da Educação Infantil na Rede Municipal

A Educação Infantil, nas escolas municipais, atende as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, da seguinte forma:

a) Creche (Berçário, Maternal I e Maternal II):

A creche atende as crianças de 0 a 3 anos de idade, em turno integral das 7h às 19h. As turmas são organizadas conforme a Resolução do Conselho Municipal de Educação Nº16/2013:

Nível	Idade	Alunos por educador	Máximo por turma
Berçário	0- 1a 11m	06	15
Maternal I	2 -2a 11m	06	18
Maternal II	3-3a 11m	10	15

b) Pré Escola (Jardim I e Jardim II):

A pré escola atende as crianças de 4 a 5 anos de idade, em turno integral das 8h às 17h. As turmas são organizadas conforme a Resolução do Conselho Municipal de Educação Nº16/2013:

Nível	Idade	Alunos por educador	Máximo por turma
Jardim I	4 - 4a 11m	20	25
Jardim II	5- 5a 11m	20	25

4.3 A Relação entre família-escola e o processo de adaptação da criança

Partimos do princípio de que a escola é responsável por desenvolver as competências intelectuais, através de uma educação sistemática e intencionalmente pedagógica, na família a educação se dá culturalmente através das gerações, tendo como objetivo a educação moral.





Contudo, faz-se necessário que família e escola mantenham boas relações, pois é importante que uma conheça a realidade da outra, seus propósitos e objetivos de educação, para que, assim, a escola “possa adequar seus planejamentos às expectativas e condições reais de vida e de trabalho das famílias que lhes fornecem a clientela” (GOMES, 1993, p. 91).

Assim como apontam Dessen e Polonia (2007, p. 22) “a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”.

A resignificação dessa relação se estabelece a partir da produção de um calendário de atividades que contemplem esta relação, tais como, assembléia de pais, reuniões de pais por turma, eventos festivos de integração, oficinas, palestras com temas próprios que tratem de esclarecer e orientar os pais para o melhor desenvolvimento dos seus filhos, bem como a utilização da agenda escolar como um meio de comunicação, facilitando o diálogo da escola com a família.

4.4 O cuidar e o educar na Educação Infantil

Tanto o cuidar quanto o educar são necessários para o desenvolvimento das crianças em suas diferentes dimensões física, cognitiva, afetiva e social. Assim, os alunos são incentivados a cuidar de si, dos outros, de seus pertences, do espaço e das relações que se estabelecem. Estas vivências são fundamentais para que os alunos construam a autonomia necessária para a tomada de decisões e para o futuro exercício da cidadania.

O cuidado é compreendido nessa proposta de uma forma mais ampla, indo desde as atividades voltadas aos cuidados primários, como higiene, sono e alimentação, até a obrigação de oferecer ambientes acolhedores, seguros, alegres, instigadores, com adultos bem preparados, organizados para oferecer experiências desafiadoras e





aprendizagens adequadas às crianças de cada idade. Sendo assim, cuidar inclui preocupações que vão desde a organização dos horários de funcionamento da escola, passando pela organização dos espaços, pela atenção aos materiais que são oferecidos, como brinquedos, pelo respeito às manifestações da criança, até a consideração de que a escola não é um instrumento de controle das famílias.

Cabe destacar que é na interação com as pessoas e as coisas do mundo que a criança será levada a atribuir significados àquilo que a cerca. Este processo que faz com que a criança passe a participar de uma experiência cultural que é própria de seu grupo social, é o que definimos como educação. No entanto, esta participação na experiência cultural não ocorre isolada, fora de um ambiente de cuidados, de uma experiência de vida afetiva e de um contexto material que lhe dá suporte.

As Diretrizes Didático-pedagógicas para a Educação Infantil, construídas coletivamente em 2008, são o suporte e referência na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos e devem ser revistas e reformuladas sempre que necessário, desde que esta necessidade tenha uma demarcação histórica, social, cultural ou política.

4.5 A organização do currículo, dos espaços e dos tempos educativos

Ao pensarmos a organização do currículo na Educação infantil é preciso termos presente que a forma como ele é organizado reflete as concepções que se tem sobre as crianças, as infâncias e como se transcorre os processos educativos em determinado tempo e espaço. Moraes (2004, p. 2) destaca a evolução da sociedade e, juntamente com ela, a evolução dos conceitos de infância e criança:

Quando falamos de infância muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surgem e se desenvolvem e também das relações sociais nos seus aspectos, econômico, histórico, cultural, político, entre outros aspectos, que colaboram para a constituição de tais significados e concepções que, por sua vez, nos remetem a uma imagem de criança como essência, universal, descontextualizada ou então nos mostram diferentes infâncias coexistindo em um mesmo tempo e lugar. Necessário, talvez, seria lembrar que as imagens de criança encarnam uma ideia de infância sempre recortada pelos referenciais que buscamos como base para concebê-las.

Ao focar as questões relativas a organização do espaço, Barbosa e Horn (2000, p, 76) mencionam que





[...] é fundamental partirmos do entendimento de que este espaço não pode ser visto como um pano de fundo e sim como parte integrante da ação pedagógica. Desde logo é importante ponderar que são fatores determinantes desta organização o número de crianças, a faixa etária, as características do grupo e o entendimento de que a sala de aula não é propriedade do educador e que, portanto deverá ser pensada e organizada em parceria com o grupo de crianças. Uma organização adequada do espaço e dos materiais disponíveis na sala de aula será fator decisivo na construção da autonomia intelectual e social das crianças.

A organização adequada do ambiente educativo, segundo Zabalza (1998), pressupõe observar os seguintes aspectos:

a) Estruturação por áreas: para permitir uma diversidade de opções e autonomia nas ações infantis, dividir as salas por áreas, com materiais específicos em cada uma delas;

b) Delimitação clara das áreas: a distribuição da sala de aula em áreas permite que a criança identifique e distinga os limites de cada área;

c) Transformação (conversibilidade): a sala deve estar organizada de modo que a sua transformação seja possível, com a rapidez necessária a cada situação, mesmo as imprevistas;

d) Favorecimento da autonomia: os materiais de sala de aula, como os brinquedos, jogos e até mesmo o mobiliário devem permitir o uso autônomo pelas crianças;

e) Segurança: a organização da sala de aula deve garantir que não haja nenhum risco para as crianças;

f) Diversidade: Possui várias vertentes a serem consideradas – 1) Quanto à estruturação: importante combinar áreas com a estruturação definida, onde é permitido um tipo de atividade com áreas pouco estruturadas, onde atividades variadas são possíveis, permitindo experiências diferenciadas; 2) Quanto aos agrupamentos: algumas áreas devem comportar todo o grupo, outras grupos pequenos e, ainda, devem existir áreas para atividades individuais, permitindo o isolamento, 3) Quanto à posição corporal: o espaço deve permitir diferentes possibilidades de postura física, 4) Quanto ao conteúdo: as áreas organizadas na sala de aula deve permitir a realização de atividades variadas;

g) Polivalência: a sala de aula deve permitir várias possibilidades de organização;

h) Sensibilidade estética: alguns critérios a serem considerados: 1) Ser muito colorida: as cores vivas chamam a atenção da criança, tornando a sala atraente para ela, 2) Ser original e criativa: a sala deve estimular a criatividade das crianças, 3) Ser personalizada: permitir a participação das crianças na decoração da sala de aula faz com que elas reflitam a sua identidade pessoal na mesma, 4) Incluir réplicas de obras de arte: permitindo, assim, o contato das crianças com a arte, desde muito cedo;



i) Pluralidade a diversidade pessoal deve estar refletida nos elementos que compõem a sala de aula, seja ela étnica, social e cultural, considerando-se o contexto da criança.

Redin (2007, p. 84), ao problematizar o papel do planejamento na ação educativa com crianças, salienta que “[...] planejamos, porque não podemos assentar nossa proposta num espontaneísmo ingênuo, que supõe que a criança aprende sozinha e naturalmente”. Nesse sentido, o planejamento é muito importante para a Educação Infantil, já que é, através dele, que se vislumbram as ações e se explicitam as intencionalidades. De forma resumida, o planejamento:

- Permite tomar decisões refletidas e fundamentadas;
- Ajuda esclarecer o sentido que queremos potencializar dentro do que ensinamos e do que aprendemos;
- Permite levar em consideração as capacidades e os conhecimentos prévios do alunado e adaptar a isso a programação das atividades;
- Esclarece as atividades de ensino que queremos realizar;
- Permite prever as possíveis dificuldades de cada criança e orientá-la com a ajuda necessária;
- Prepara e prevê os recursos necessários;
- Conduz a organizar o tempo e o espaço;
- Ajuda a concretizar o tipo de observação que é necessário para avaliar e prever os momentos de fazê-lo.(BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p. 114).

A rotina, conforme Barbosa (2006, p. 201-202) é definida como

[...] uma categoria pedagógica [...] que opera como a estrutura básica organizadora da vida coletiva diária em um certo tipo de espaço social, creches ou pré-escolas. Fazem parte da rotina todas aquelas atividades que são recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva, mas que, nem por isso, precisam ser repetitivas, isto é, da mesma forma todos os dias. Além de fornecer a sequência das atividades diárias, a rotina, na sua constituição, utiliza-se de elementos que possibilitam a sua manifestação, como a organização do ambiente, os usos do tempo, a seleção e a proposição de atividades e a seleção e a construção dos materiais.

As rotinas nas turmas da pré escolas contemplam em sua organização curricular, oficinas alternativas para compor o processo pedagógico, visando uma educação integral e de qualidade. Essas oficinas se caracterizam por ampliar, de forma prazerosa e lúdica, aqueles conhecimentos suscitados em sala de aula. Ou seja, apesar de tratar questões que compõem o currículo formal, a metodologia empregada abarca os estudos mais atuais sobre a Educação Infantil e os resultados desse trabalho irá compor o Parecer Descritivo dos alunos, seus portfólios ou dossiês.





4.6 Letramento e ambiente alfabetizador na Educação Infantil

Torna-se fundamental pontuar como compreendemos os processos de alfabetização e letramento. É preciso reconhecer que o acesso inicial à língua escrita não se reduz ao aprender a ler e escrever no sentido aprender grafar palavras e decodificar palavras. Mas sim, fazer o uso da leitura e da escrita. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) orienta que a aprendizagem da língua oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais. A criança, desde a Educação Infantil, precisa ter mediadores que criem um ambiente alfabetizador (Teberosky, 2003) que lhe possibilite interagir com materiais escritos, pois ela, independente de sua condição socioeconômica, está inserida numa sociedade letrada.



A leitura frequente de histórias para crianças é, sem dúvida, a principal atividade de letramento na Educação Infantil. Bem desenvolvida, essa atividade conduz a criança, desde muito pequena, a conhecimentos e habilidades fundamentais para a sua plena inserção no mundo da escrita.

As práticas pedagógicas da Educação Infantil dão visibilidade aos rabiscos, aos jogos e às brincadeiras de faz-de-conta como atividades que compõem a rotina das crianças e atividades como escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarização com as letras do alfabeto, contato visual frequente com a escrita de palavras conhecidas, num ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções podem servir às crianças na construção do seu processo de alfabetização, lembrando sempre que este se dá através da ludicidade, sem a necessidade de propor atividades da alfabetização formal.

Assim, um ambiente alfabetizador deve constituir os espaços educativos na busca de oportunizar às crianças, a vivência e experiência em um contexto de letramento, onde elas possam formular suas hipóteses e fazer constatações sobre o funcionamento do Sistema de Escrita Alfabética. Nesse sentido, entende-se que é função da escola propiciar espaços para que a criança possa desenvolver as diversas linguagens. Assim, o processo de alfabetização passa a ser compreendido numa dimensão mais ampla e não meramente como sinônimo de desenvolvimento da oralidade e da escrita.



4.7 Avaliação na Educação Infantil

Na concepção de Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 173), na Educação Infantil, a avaliação não tem o caráter de reter ou promover um aluno, apenas tem como objetivo “ [...] a finalidade da avaliação é que sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula.”

Spodek e Saracho (1998, p. 204) salientam a perspectiva da avaliação enquanto possibilidade de diagnóstico, pois:

A informação coletada sobre cada criança também pode oferecer a base para atividades educacionais diferenciadas. À medida em que os professores vão conhecendo a capacidade, as habilidades, os interesses e os padrões de comportamento de cada criança, a programação pode se tornar mais significativa e contemplar melhor as necessidades de cada criança em particular. Os professores podem variar o ritmo e tentar outras formas de programação.

A avaliação na Educação Infantil se refere àquela feita internamente no processo educativo, focada nas crianças enquanto sujeitos e protagonistas de seu desenvolvimento. Seu âmbito é o microambiente, o acontecer pedagógico e o efeito que gera sobre as crianças.

A expressão da avaliação do aluno da Educação Infantil acontece através de pareceres descritivos elaborados pelo professor nos quais conste o acompanhamento do desenvolvimento da criança, que deve estar de acordo com os objetivos da Proposta Pedagógica e do Plano de Atividades, sendo o professor um atento observador dos atos da criança em seu crescimento como um contínuo. Para tal, são utilizadas anotações em fichas individuais, os dados recolhidos das atividades de seu planejamento diário, os quais devem referir a interação, isto é, estabelecer conexões entre a criança e seus pares, entre estes e suas famílias e como professor, bem como os ambientes em que a criança vive.

Nesse sentido, as observações e registros devem ser contextualizados, isto é, tomando as crianças concretas, em suas histórias de vida, seus ambientes sociais e culturais e co-construtoras de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social. Os registros devem ser variados: escritos, gravação de falas, diálogos, fotografias, vídeos, os trabalhos das crianças etc.



Além disso, as crianças devem ser envolvidas na avaliação das atividades, bem como nos registros. São matéria desse registro tanto as ações das crianças como as da professora. O objetivo da avaliação é melhorar a forma de mediação do professor para que o processo de aprendizagem alcance níveis sempre mais elevados.

A avaliação será sempre da criança em relação a si mesma e não comparativamente com as outras crianças. O olhar que busca captar o desenvolvimento, as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento deve identificar, também, seus potenciais, interesses, necessidades, pois esses elementos serão cruciais para a professora planejar atividades ajustadas ao momento que a criança vive.





5. ENSINO FUNDAMENTAL

5.1 Finalidades do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental constitui a segunda etapa da Educação Básica. É obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, em conformidade ao art. 3º da LDBN/96. Tem por objetivo a formação integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, pautando-se nos princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento e respeito à diversidade, além da valorização de professores/as e da gestão democrática do ensino público como garantia da qualidade da educação. O Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, destacam que:

- § 1º - O Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.
- § 2º - A educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.
- I - A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.
- II - A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.
- III - A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

No artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, fica explícito que a educação deve proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permitindo “o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, possibilitando a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais”. Para tanto,

- I - As escolas deverão estabelecer, como norteadores de suas ações pedagógicas:
 - a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
 - b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à Ordem Democrática;
 - c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

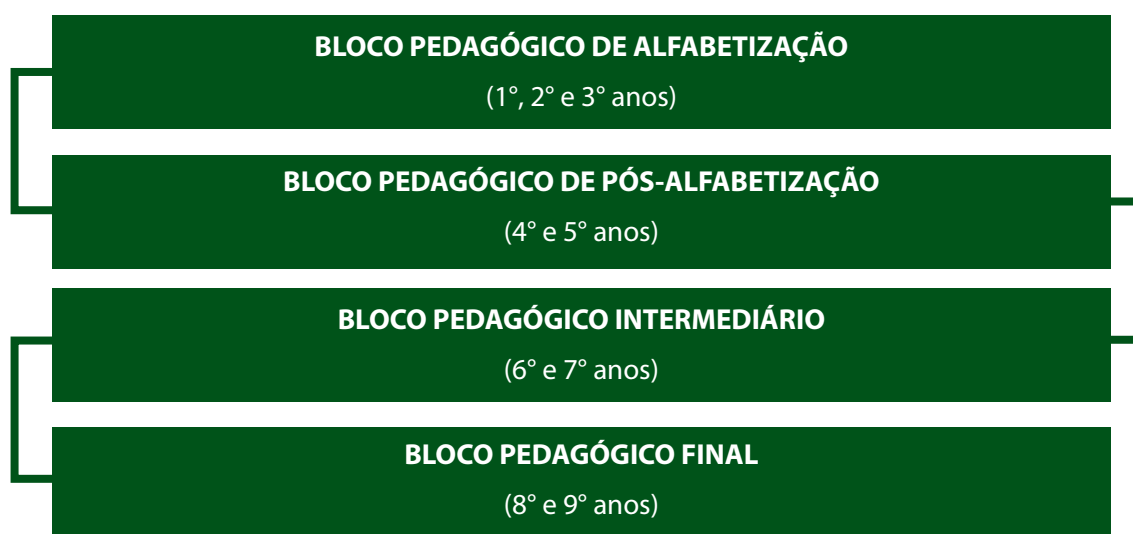




5.2 Organização do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal

O Ensino Fundamental nas escolas da Rede Municipal está composto por nove anos, em atendimento ao que estabelecem os dispositivos legais norteadores da Educação Básica Nacional. Tendo presente a ideia de que o desenvolvimento e a aprendizagem é um processo gradativo, os nove anos do Ensino Fundamental estão organizados pelo que denominamos Blocos Pedagógicos, conforme apresenta a figura 1.

Figura 1



Com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, a Secretaria Municipal da Educação focou o processo de reorganização dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, o qual passou a ser denominado como Bloco Pedagógico de Alfabetização.

A concepção de Bloco Pedagógico de Alfabetização se estrutura a partir do que preconizam os dispositivos que versam sobre os processos de ensino e aprendizagem das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, dentre outros.

No âmbito do município de Canoas, a Resolução do Conselho Municipal de Educação Nº 14/2011, em seu Art. 1º, remete à Secretaria Municipal da Educação, ao Conselho Municipal de Educação, às escolas e aos professores garantirem que “os três primeiros anos do Ensino Fundamental sejam um bloco pedagógico único – não passível de interrupção, como forma de ampliar a todos os estudantes as oportunidades de sistematização e aprofundamento das



aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos”. Assim, a este bloco pedagógico único passamos a denominar como “Bloco Pedagógico de Alfabetização”. O objetivo central dessa política é a elevação da qualidade do Ensino Fundamental, pois está voltada à promoção da aprendizagem já nos primeiros anos da escolarização. Visa a garantir à criança, a partir dos 6 anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento incluindo, além da linguagem, todas as áreas do conhecimento (matemática, ciências naturais e sociais), a fim de se oportunizar a reflexão sobre a língua em seus diversos usos, através de uma metodologia lúdica que envolva a comunicação, a expressão, a criação e o movimento. Nesse contexto, a alfabetização se apresenta baseada numa concepção interacionista, funcional e discursiva, buscando entender quando e como a criança aprende e as relações no ato de aprender a ler e a escrever na construção deste código alfabético, com vistas ao uso social da língua escrita e falada (CARDOSO, 2013).



O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) considera que a taxa de média analfabetismo até os 8 anos de idade merece cuidados especiais, apesar da queda de 28,2%, alfabetização média de 84,8% (IBGE 2010), entre os anos de 2000 e 2010. Portanto, alfabetizar todas as crianças no momento certo, ou seja, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, é compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) firmado por todos os Estados e Municípios com o Governo Federal e meta do novo Plano Nacional de Educação. Sendo assim, visando à superação definitiva destes indicadores, o PNAIC redefine o conceito de alfabetização e eleva o tempo para aquisição da língua escrita, conforme segue:

O ciclo da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental é um tempo sequencial de três anos (600 dias letivos), sem interrupções, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL, 2012, p.17).





No que tange especificamente à oralidade e à escrita, é importante salientar que uma prática alfabetizadora precisa ter como ponto de referência quais são as concepções, usos, funções e conhecimentos que os educandos possuem acerca de tais linguagens. Destaca-se que essas dimensões podem diferir entre as crianças provenientes de diferentes contextos socioeconômicos e culturais, tal como apontam os estudos realizados por Moreira (1988) e Soares (1988).

Os espaços e os ambientes educativos podem se constituir num facilitador ou num entrave no desenvolvimento infantil. Enquanto “cenário das aprendizagens”, espaços devidamente estruturados e organizados podem viabilizar aprendizagens significativas, despertar o interesse, suscitar o desejo de aprender, incentivar a criatividade e diferentes formas de interação entre os componentes de um grupo. Conforme Müller e Redin (2007, p. 17): “O professor precisa estar aberto ao novo e ter habilidade para torná-lo rico de possibilidades, transformando situações aparentemente simples e desprovidas de novidades, em formas criativas e interessantes”.

Gradativamente, a exemplo do processo constitutivo e do trabalho coletivo realizado para a constituição do Bloco Pedagógico de Alfabetização, almejamos a reorganização do 4º ao 9º, em três Blocos, ora denominados Bloco Pedagógico Pós-Alfabetização (4º e 5º anos), Bloco Pedagógico Intermediário (6º e 7º anos) e Bloco Pedagógico Final (8º e 9º anos).

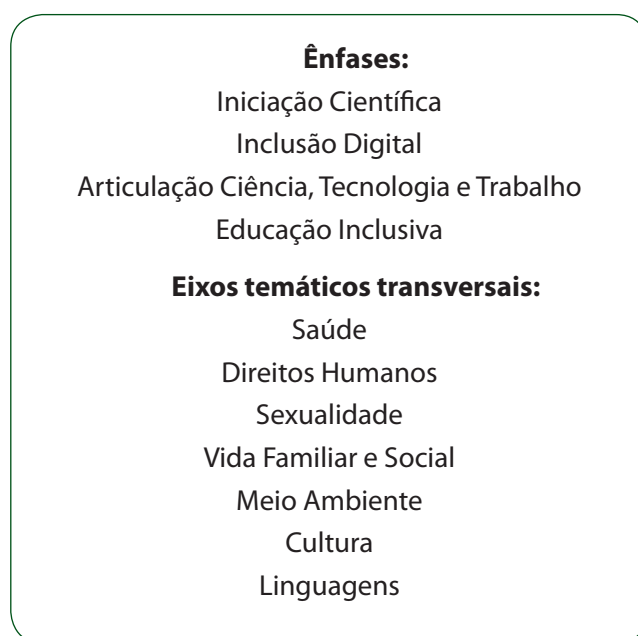
5.3 A organização curricular nos Blocos Pedagógicos

A organização curricular dos Blocos Pedagógicos de Pós-Alfabetização, Intermediário e Final atenderá ao que preconizam os dispositivos legais vigentes que normatizam a ação educativa no Ensino Fundamental. As Diretrizes Pedagógicas Municipais de cada Bloco, a exemplo do que foi feito no Bloco Pedagógico de Alfabetização, serão construídas coletivamente com os envolvidos no processo educativo durante o ano de 2014, visando a uma unidade nas escolas da Rede Municipal. Dessa forma, considerando que, de igual modo, a implantação de cada um dos Blocos Pedagógicos que estruturam do 4º ao 9º ano será gradativa, permanecem em vigor a organização adotada por cada escola no que tange a estes anos. De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (MEC/2003, p.4):

[...] a educação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.



O documento estabelece uma base comum nacional, bem como uma base diversificada a fim de contemplar as especificidades e características de cada contexto educacional.



Para que o currículo escolar espelhe a concepção presente nas Diretrizes e cumpra sua função de proposta organizadora do conhecimento, é necessário que articule diferentes saberes e conhecimentos, tanto àqueles construídos historicamente pela humanidade quanto àqueles construídos em cada realidade educacional. Tal postura rompe com a compreensão de um currículo disciplinar e fechado, sinalizando para um currículo flexível e aberto.

Tendo presente o que preconizam os dispositivos legais norteadores referentes ao Ensino Fundamental, o currículo nesta etapa deve ter como ênfase a iniciação científica, a inclusão digital, a articulação entre Ciência, Tecnologia e Trabalho e a Educação Inclusiva. Devem se constituir em eixos temáticos transversais a saúde, os direitos humanos, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura e as linguagens.

5.4 Sistema de Avaliação em cada Bloco Pedagógico

Compreendida em sua função diagnóstica e formativa, a avaliação deve ser um processo contínuo, sistemático e reflexivo. O desempenho do aluno deve ser realizado através de diferentes





instrumentos, considerando que a análise dos resultados processuais da aprendizagem pode ocorrer de diferentes instrumentos (provas, trabalhos de pesquisa, participação em feiras, registros diários, apresentações de trabalhos, entre outras propostas que valorizem as habilidades e competências de cada um).

No Bloco Pedagógico de Alfabetização a expressão dos resultados das aprendizagens ocorre através de parecer descritivo, havendo a progressão continuada nos 1º e 2º anos e, se necessário, retenção ao final do 3º ano, de acordo com a legislação vigente.

O Sistema de Avaliação dos Blocos Pedagógicos de Pós-Alfabetização, Intermediário e Final será construído coletivamente com os envolvidos no processo educativo durante o ano de 2014, visando a uma unidade em termos de avaliação nas escolas da Rede Municipal. Dessa forma, considerando que, de igual modo, a implantação de cada um dos Blocos Pedagógicos que estruturam do 4º ao 9º ano será gradativa, permanece em vigor o Sistema de Avaliação adotado por cada escola no que tange a estes anos.

5.5 A Educação de turno integral

A educação integral em jornada ampliada é uma política pública em educação que está sendo construída, na última década, a partir da iniciativa do Governo Federal, através do Programa Mais Educação, em cooperação com Estados e Municípios. Para que esta política fosse traduzida para a realidade municipal, Canoas desenvolve, desde 2009, o Programa Escola-Comunidade que implementa a educação integral em jornada ampliada. Esta proposta vem pautando as discussões sobre o avanço educacional brasileiro, exigindo assim construção de legislação e destinação de recursos financeiros a que viabilizem.

Esta concepção educacional tem por objetivo resignificar os tempos e espaços do ensinar e do aprender, rompendo com o ensino conteudista e fragmentado, centrado na informação científica, bem como na compreensão de que o tempo de aprendizagem e interação com o conhecimento deve ser ampliado. Estes conceitos trazidos pela Resolução 07/2010 do Conselho Nacional de Educação:

Por isso, na escola, o processo educativo não comporta uma atitude parcial, fragmentada, recortada da ação humana, baseada somente numa racionalidade estratégico-procedimental. Inclui ampliação das dimensões constitutivas do trabalho pedagógico, mediante verificação das condições de aprendizagem apresentadas pelo estudante e busca de soluções junto à família, aos órgãos do poder público, a diferentes segmentos da sociedade. Seu horizonte de



ação abrange a vida humana em sua globalidade. É essa concepção de educação integral que deve orientar a organização da escola, o conjunto de atividades nela realizadas, bem como as políticas sociais que se relacionam com as práticas educacionais. Em cada criança, adolescente, jovem ou adulto, há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões.

Para que, efetivamente, se constitua a educação integral é necessário que o aluno amplie o tempo de permanência na escola, pois na atualidade este tempo é insuficiente, segundo pesquisa, divulgada em 2013, pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Anísio Teixeira (INEP) o Brasil apresenta as seguintes médias de horas-aula diárias:

	Média Horas-Aula Diárias
Educação Infantil – Creche	7,9
Educação Infantil – Pré-Escola	4,8
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	4,4
Ensino Fundamental – Anos Finais	4,6
Ensino Médio	4,7

Fonte: Dados INEP/2013

Neste sentido o Decreto 7083 em seu Artigo 1º, § 1º estabelece a “Educação Básica em tempo Integral”:

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

Ampliar o tempo na escola é oportunizar um ambiente saudável é profícuo para o desenvolvimento das potencialidades do aluno. A política de Educação Integral em jornada ampliada é a meta 6 do Plano Nacional de Educação (2011-2020) que prevê a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as alunos/as da educação básica.

A educação integral em jornada ampliada deve atender como prioridade aos alunos que apresentem baixo rendimento escolar, estejam inscritos no Bolsa Família e apresentem situação de risco social, pois se constituiu em estratégia de investir e oportunizar condições qualificadas de aprendizagens e reaprendizagens. Os pilares para a implementação da Educação Integral em jornada ampliada no Brasil já estão sendo constituídos, mas cabe ressaltar que a proposta objetiva articular os diferentes conhecimentos, construir um novo currículo, rompendo com o entendimento do turno e contraturno.





6. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6.1 Finalidades da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, mantida pelo Poder Público Municipal de Canoas, como modalidade do Ensino Fundamental, constitui-se direito dos jovens e adultos, tendo atribuição de assegurar, gratuitamente, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho, mediante educação de qualidade àqueles que não tiveram acesso e/ou não concluíram o Ensino Fundamental na idade própria.

6.2 Organização da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com os princípios da Legislação: Resolução nº 3/2010 da Câmara de Educação Básica do CNE define que a carga horária mínima para quem estuda as Séries Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade EJA será determinada pelos sistemas de ensino. Na Rede Municipal, a EJA está organizada da seguinte forma:

- a) 1º Segmento : alfabetização e pós-alfabetização
- b) 2º Segmento: Totalidade 1 e Totalidade 2

O trabalho tem como princípios educativos a relação interpessoal, o aprender, o diálogo, o respeito, a solidariedade, a pesquisa, a autonomia, a responsabilidade, o compromisso social, a socialização do conhecimento, a politicidade, a dialética, a complexidade, as singularidades, as multiplicidades, o paradoxal, a sustentabilidade do planeta e a não fragmentação do conhecimento.

6.3 Organização curricular na Educação de Jovens e Adultos

O currículo na Educação de Jovens e Adultos está organizado por áreas de conhecimento. As áreas do conhecimento nesta organização são chamadas a dialogar com os eixos temáticos estabelecidos em conjunto no início do ano letivo, que são: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Sociais, Ciências Naturais e Exatas.

Estas áreas devem estabelecer um diálogo entre si e, ao mesmo tempo, cada uma contribui para ampliar a compreensão das práticas sociais como produtoras de significados, servindo de referência para que as áreas de estudos ressignifiquem o conteúdo de sua contribuição na explicitação da temática estudada.



6.4 Sistema de Avaliação na Educação de Jovens e Adultos

A avaliação é feita para a melhoria de todo o processo educacional. Isto quer dizer que ela é processual, permanente, dialógica e registrada de várias formas todos os dias. As análises são realizadas para que o trabalho seja sempre o melhor possível. A avaliação deve atender àquilo que é específico de cada segmento de ensino, estabelecidos nas metas e os objetivos a serem alcançados em cada área do conhecimento e na formação pessoal do educando.

Neste contexto, a avaliação assume entre as suas funções a de diagnóstico, que busca investigar os conhecimentos que o educando traz para a sala de aula e a formadora, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem e do percurso pessoal, identificando dificuldades desse processo de desenvolvimento, inclusive para reorientá-lo.

Levando em consideração as características específicas do nível de ensino da EJA e a formação básica para o exercício cidadão, o objetivo é que o educando tenha sistematizado os saberes de forma que esses possam contribuir e ser um diferencial nas suas relações pessoais e na integração profissional. Nem todas as técnicas avaliativas servem para todos os objetivos e, portanto das formas avaliativas elencadas como relevantes pelos educadores, as mais comuns e que atendem os objetivos cognitivos, de habilidades e de atitudes, são:

- Atividades específicas: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, através da análise das produções e da utilização de alguns instrumentos de registro, tais como: avaliações, avaliação oral, trabalhos de pesquisa, avaliação com consultas;
- De observações sistemáticas quanto à: resolução de problemas, aos trabalhos em grupo; participação oral, frequência, ao compromisso com o coletivo;
- Socializações parciais e finais dos trabalhos, com relatórios de avaliação, entregues semestralmente, nas autoavaliações, nos conselhos de classe, nas reuniões e encontros pedagógicos;

Ao conhecer os patamares de aprendizagem alcançados pelos educandos de um ano para o outro, torna-se possível analisar a adequação do projeto pedagógico da escola para assegurar o sucesso da aprendizagem destes nos anos consecutivos, verificar se as situações didáticas utilizadas estão cumprindo o seu papel e se a recuperação contínua está sendo eficaz.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de





habilidades e atitudes dos estudantes. A avaliação do desempenho escolar é feita por áreas do conhecimento, realizada semestralmente e expressa por relatório de avaliação, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas. No final de cada segmento, utiliza-se as menções:

Segmento 1	Segmento 2	
	Totalidade 1	Totalidade 2
P - Permanece	EP - Em processo (ao final do semestre/400h).	EP - Em processo (ao final do semestre/400h).
AV - Avança	P - Permanece	P – Permanece
	AV – Avança	A - Aprovado
	PR - Promovido (quando concluir em espaço menor, considerando o conhecimento anterior e espaço-tempo próprio de aprendizagem, quando comprovado, documentado e acompanhado pelo apoio pedagógico da escola).	

A intervenção dos educadores nesta avaliação é fundamental para a reorientação e o redimensionamento do processo. Na Educação de Jovens e Adultos, a avaliação deve ser entendida como um processo de formação contínuo, coletivo, sistemático e flexível. Deve acontecer com a participação efetiva dos educandos. Ela é parte do processo de aprendizagem e determina a direção do trabalho a ser realizado, permite aos sujeitos, educadores e educandos, a análise da trajetória da vida escolar e a identificação dos pontos que demandam atenção especial. Sendo assim os estudos de recuperação são realizados ao longo do período letivo a fim de sanar as dificuldades apresentadas durante o processo de aprendizagem, com registros específicos no caderno de chamada.



O Conselho de Classe

O Conselho de Classe representa a união dos esforços na busca de uma avaliação mais próxima do desempenho do educando, da identificação de seus sucessos e dos objetivos que precisam ser retomados. É o momento que se permite a discussão do trabalho pedagógico em sua especificidade, de forma espontânea e natural.

Processo de classificação/ reclassificação da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com a legislação da Educação de Jovens e Adultos a escola ao detectar que o aluno reúne condições para avançar em seus estudos poderá avaliá-lo e proceder ao aproveitamento de estudos parciais ou total das áreas do conhecimento da fase a qual está matriculado, garantindo-se a inserção na fase subsequente (reclassificação). Conforme Resoluções da CNB, pautada também na Lei nº 9.394/96 no artigo 24 inciso II, os procedimentos de avaliação diagnóstica devem subsidiar a classificação dos educandos independente de escolaridade anterior, mediante avaliação feita pela Escola, conforme critérios estabelecidos em conjunto com a Mantenedora, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inserção na fase adequada.

6.5 Educação Cidadã

A EJA Educação Cidadã destina-se à educandos acima de 18 anos, seguindo os princípios de uma metodologia transdisciplinar, respeitando as histórias de vida como aprendizado, e tendo um educador (unidocência) para a articulação do saber nesta totalidade. A oferta diurna da proposta de educação cidadã da modalidade EJA, atende, preferencialmente, os educandos em distorção idade-série entre 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos de idade, denominando-se EJA – Educação Juventude Cidadã, igualmente referente à Totalidade 2 do 2º Segmento, com base na unidocência e conhecimento integral.



7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

7.1 Por uma escola inclusiva

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva constitui-se numa proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilharem o mesmo espaço escolar, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos e compreende uma mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação dos direitos de todos à educação. Promove a igualdade de direitos e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos, com o objetivo de atualizar as práticas pedagógicas das escolas como meio de atender as necessidades educacionais especiais dos alunos.

A Política Municipal de Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na Rede Municipal de Ensino, articulando parcerias para o desenvolvimento de estratégias, metodologias e ações para a sua permanência com qualidade no contexto escolar.

A educação inclusiva apóia-se no princípio da transversalidade, sendo assegurada a partir da educação infantil. Para a sua efetivação, pressupõe a participação de todos os atores envolvidos no processo educativo, tendo como base as diretrizes nacionais:

- I - Participação dos alunos, professores, gestores, pais ou responsáveis e demais profissionais na elaboração e avaliação de propostas que visam a implementação dessa política;
- II - Oferta do atendimento educacional especializado em consonância com as diretrizes da educação inclusiva, no contra-turno da escolarização, ampliando ou reduzindo carga horária diária;
- III - Socialização de experiências educacionais que contribuam para a produção de conhecimentos, o desenvolvimento de práticas inovadoras e o fortalecimento do processo de inclusão escolar.
- IV - Desenvolvimento de política de formação continuada de professores que envolva conhecimentos sobre a educação para os direitos humanos, valorização e atenção às diferenças e atendimento educacional aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- VI - Criação e implantação de salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, previstas no projeto político pedagógico das escolas.
- VII - Implantação das funções de tradutor / intérprete de Libras, guia-intérprete, monitor ou cuidador para auxiliar alunos nas atividades de higiene, alimentação e locomoção no cotidiano escolar e outras que tiverem necessidade de apoio constante.
- VIII - Celebração de convênios ou contratos com instituições privadas sem fins lucrativos, condicionada aos projetos que estejam em consonância com o previsto na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e passíveis de avaliação contínua de seus objetivos e procedimentos pelos sistemas de ensino.
- X - Consolidação dos Centros de Atendimento Especializados e NAPPB – Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção em Braille.



Não basta que o educando frequente uma sala de aula, mas que seja atendido no contexto respeitando sua diversidade. A escola inclusiva tem como pressuposto central a valorização e o respeito às diferenças individuais. Sendo assim, conforme Mantoan (2003, p. 8):

[...] uma escola inclusiva oferece condições de acesso aos seus educandos, atendendo suas necessidades específicas, eliminando barreiras arquitetônicas, de comunicação, informação e atitudinais, preparando-se para receber todos os educandos. Tem por princípio o direito incondicional à escolarização de todos os educandos nas escolas de ensino regular, recusando-se a criar espaços isolados para ministrar um ensino específico para determinadas deficiências. A escola para todos caracteriza-se por reconhecer e valorizar diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade de processos de construção coletiva e individual do conhecimento. (MANTOAN, 2003 p.8).

7.2 Serviços e estruturas de apoio

a) Centro de Capacitação Educação Inclusiva e Acessibilidade (CEIA)

O Centro de Capacitação Educação Inclusiva e Acessibilidade das Notas Técnicas 09/2010 e 55/2013. (MEC).

O CEIA visa investir de forma consistente nos aspectos pedagógicos, na formação dos professores, no atendimento às famílias, ao realizar a oferta do atendimento educacional especializado - AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos, no contraturno do ensino regular; a organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos e a interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam à participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos. Os atendimentos são realizados por uma equipe multiprofissional composta por professores da Rede Municipal de ensino com formação específicas nas áreas que compõem o projeto político pedagógico.

O CEIA coordena os projetos de Atividade Assistida com Animais (AAA):





Projeto “Criança a Cavalho”

O Projeto consiste em propiciar aos sujeitos com Necessidades Educativas Especiais atividades com cavalos, em um ambiente livre e que lhe tragam sensações agradáveis, assim como trabalhar o desenvolvimento integral destes alunos.

O cavalo, então, torna-se um instrumento facilitador e motivador dos aspectos motor, cognitivo, afetivo e relacional numa abordagem interdisciplinar.

Projeto “Cão Amigo”

A Secretaria Municipal da Educação em parceria com a Coordenadoria do Bem Estar Animal desenvolve atividade destinadas aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, onde os cães são um instrumento de intervenção e motivação destes alunos. O objetivo é que a relação entre o aluno e o cão seja um facilitador do processo de aprendizagem, potencializando o desenvolvimento integral destes alunos.

b) Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção em Braille (NAPPB)

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção em Braille é responsável pela elaboração de recursos didáticos pedagógicos, produção e distribuição de materiais em formato acessível (braille, ampliado e em áudio); pela assessoria às escolas da Rede Municipal, bem como promover capacitações para os professores nas questões referentes à deficiência visual.

c) Instituições assistenciais filantrópicas sem fins lucrativos

São instituições que ofertam serviço de educação especial para o atendimento integral às crianças, jovens e adultos com deficiência. A Rede Municipal de Educação contrata bolsas para o atendimentos aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Dentre estas, destacam-se: Associação Canoense dos Deficientes Físicos (ACADEF), Associação dos Deficientes Visuais de Canoas (ADEVIC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Instituto Pestalozzi, Associação Grupo Chimarrão da Amizade, Associação Legato, Conselho Comunitário do Bairro Rio Branco (CONSECOM).



d) Apoio ao processo de inclusão escolar

O estágio de apoio à inclusão escolar é desenvolvido em escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental por estudantes de graduação e de magistério, em turmas que tenham alunos com necessidades educacionais especiais, atuando em parceria com o professor(a) titular da turma, família e equipe diretiva da escola. Tem como objetivo atuar como um mediador no processo de ensino e aprendizagem, viabilizando a participação efetiva dos alunos de inclusão no contexto escolar.

e) Salas de recursos multifuncionais

É um espaço de apoio pedagógico localizado nas escolas de Educação e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, onde se desenvolve o Atendimento Educacional Especializado (AEE). São organizadas com mobiliário, materiais didático-pedagógicos, recursos específicos para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, em turno oposto ao da escolarização.

7.3 Escola bilíngue

Regulmentada a partir do Decreto Municipal 8, de 13 de janeiro de 2014, estabelece no município de Canoas, a educação de surdos, através do bilingüismo, onde a primeira língua é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a segunda, o português escrito. Garantindo aos surdos uma educação bilíngüe, com professores bilíngües e que atenda às especificidades da pessoa surda, construída a partir da perspectiva socioantropológica da surdez, que os percebe como sujeitos culturais, onde a Língua de Sinais constitui-se o símbolo identitário por excelência.

7.4 Estimulação precoce

O Serviço de Estimulação Precoce da rede municipal visa atender a demanda social da primeira infância, a partir do nascimento, atuando na detecção antecipada de problemas no desenvolvimento infantil, na construção de intervenções de atendimento e na orientação aos pais e profissionais que atuam nas escolas de educação infantil.



7.5 O Sistema de Avaliação na perspectiva de uma educação inclusiva

Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser avaliados tendo como parâmetro o Plano de Metas. O plano de metas é construído coletivamente considerando as potencialidades, a história previa, o histórico escolar e o contexto no qual o aluno está inserido. O Plano de Metas remete a uma avaliação diferenciada, tendo como forma de expressão de resultados o parecer descritivo (conforme resolução 15 do Conselho Municipal de Educação).

Os alunos com necessidades educacionais especiais não poderão permanecer mais de dois anos em cada ano escolar, excetuando o Bloco Pedagógico de Alfabetização, onde nem os alunos de inclusão poderão ser retidos.

Poderá ser aplicada a terminalidade específica (de acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 2)) aos alunos que não puderam atingir as metas propostas para a conclusão do Ensino Fundamental em função de suas necessidades educacionais especiais, desde que tenham cumprido o Plano de Metas e atingido o tempo máximo estabelecido pelo Sistema de Ensino para a sua permanência na escola..

A idade limite para a conclusão do ensino fundamental regular diurno dos alunos com deficiência será de 24 anos completos.



8. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A contemporaneidade desenha um cenário permeado por uma dinâmica fluida e incerta, com relações cada vez menos estáveis. Neste sentido, constitui-se como demanda à profissão docente, além de conhecimento científico, a capacidade de desenvolver uma consciência sobre sua inserção nesta realidade, fato que pode ser favorecido, através da formação continuada, que ajude a dar conta da diversidade de questões que hoje se evidenciam na escola, como reflexo daquilo que ocorre na sociedade. A formação continuada de professores revela-se como importante elemento na reflexão e qualificação das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes, especialmente no sentido da transformação social requerida, pois a escola ainda é entendida, muitas vezes, apenas como reprodutora das relações que já estão estabelecidas.

Dentro deste panorama, é preciso levar em conta as diferentes modalidades e formas sob as quais ocorrem os processos de formação continuada, sendo que dentro de tal variação, os desdobramentos possíveis podem englobar uma diversidade de formatos, como os programas de formação oferecidos por instituições diversas e pelas políticas públicas do MEC, dos programas de convênios da Prefeitura Municipal de Canoas, através de cursos de atualização, capacitação e especialização, de palestras, oficinas, encontros, seminários, congressos etc.

Neste contexto, a preparação do professor para o exercício da prática reflexiva, inovadora e cooperativa, para Perrenoud (1999), deve constituir-se no fio balizador da formação docente, em todos os níveis na qual a mesma se efetiva, rejeitando a ideia de que esta prática se apresente sob a forma de momentos pontuais ou isolados. As diferentes modalidades formativas, desde a inicial até a continuada, mesmo que sob enfoques diferenciados e com objetivos específicos, precisam estabelecer uma relação dialógica, permitindo a existência de uma continuidade.

Desta forma, a formação continuada de professores deve articular coletivamente os saberes produzidos na esfera da escola, constituindo uma possibilidade de impulsionar as mudanças necessárias e para isso, conforme aponta Carvalho (2005), deve haver um investimento na postura de recusa do significado da formação continuada, limitado apenas a treinamento, cursos, seminário, palestras etc, de forma a emergir uma nova conceituação deste termo e de forma a encontrar seu foco na ação dos educadores no cotidiano da escola.

Assim, aliando à necessidade de consolidar políticas de formação que deem sustentabilidade à qualificação das práticas pedagógicas, compreendendo os diferentes profissionais que atuam na Rede e as modalidades contempladas, a SME fomenta três iniciativas em termos de formação: Programa de Formação Continuada Escola em Movimento; formação continuada em serviço e valorização de práticas exitosas.





8.1 Programa de Formação Continuada Escola em Movimento Saberes e Fazeres em Cena



O Programa de Formação Continuada Escola em Movimento: Saberes e Fazeres em Cena é um programa de formação que faz parte de uma política pública municipal, cujos participantes são os profissionais que atuam em escolas da Rede Municipal da cidade de Canoas, o custeio dos cursos são inteiramente financiados pelo erário público municipal.

O Programa se efetiva, através da parceria estabelecida entre a Secretaria Municipal da Educação e o Centro Universitário La Salle. Ressalta-se que a estrutura formativa dos cursos em nível de extensão, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, contemplam a pesquisa e a intervenção na realidade educacional, com o propósito da formação, qualificar o processo e as práticas pedagógicas nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

8.2 Formação continuada em serviço

A partir do entendimento da necessidade de formação continuada, vinculada ao contexto de trabalho e atenta às necessidades individuais dos professores, decorrentes principalmente das especificidades de suas atribuições no espaço da escola, constitui-se um programa de formação continuada em serviço, que atenda a todas as áreas, setores e funções desempenhadas pelos docentes. Entende-se que os processos de formação continuada fazem parte do exercício do fazer docente como elemento indispensável e indissociável ao planejamento e à prática pedagógica.

A formação continuada em serviço está constituída por ações que contemplam os profissionais (professores, agentes de apoio, monitores, estagiários) que atuem em todos os níveis e modalidades da Rede Municipal de Ensino. Desta forma, são oferecidas propostas formativas direcionadas: às áreas do conhecimento e/ou disciplinas; aos setores, projetos e programas e às equipes diretivas.



A participação dos profissionais nos processos formativos está vinculada ao desempenho de seu exercício docente e por isso, faz parte de sua carga horária semanal de trabalho, dentro do espaço destinado para o planejamento, conforme estabelece a Lei nº 11.738/08.

Dessa forma, os processos formativos possuem como premissa a valorização dos saberes docentes, a construção coletiva, a visibilidade de práticas exitosas e a articulação entre as áreas do conhecimento, sinalizando a tendência emergente de uma perspectiva cada vez menos fragmentada e mais integradora das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

A escola constitui-se um espaço formativo em potencial, entendido como fundamental na formação docente, contribuindo para desenvolver um trabalho de pesquisa cotidiana sobre a prática dos professores, não se restringindo apenas à sua prática, mas atentando aos conhecimentos específicos da identidade disciplinar e da própria docência e contribuindo amplamente na valorização do trabalho docente e na sua própria profissionalização.

Conforme aponta Machado (2013), a formação continuada no espaço da escola deverá considerar a diversidade de experiências dos sujeitos e as construções presentes na forma de identidade coletiva de escola e da própria classe docente, bem como a multiplicidade de identidades individuais que se constituem também em espaços de construção coletiva diversos e as necessidades manifestas ao olhar o contexto em que estão inseridos. A partir desta análise, vislumbra-se a possibilidade de um processo de formação continuada que considere estas prerrogativas e possa propor alternativas ancoradas em pressupostos como a construção coletiva e reflexiva, traduzindo o entendimento do professor como sujeito ativo e pensante de seu ofício, sendo capazes, assim, de operar as mudanças necessárias no cenário educativo em que estão inseridos.

Tendo em vista a organização deste espaço formativo e considerando o planejamento como elemento capaz de potencializar e qualificar as práticas pedagógicas, cada escola deve construir um projeto de formação o qual deve ser discutido e acompanhado, sistematicamente, pelas Diretorias Pedagógica (DP), de Educação Infantil (DEI), de Ensino Fundamental (DEF) e da Educação Inclusiva. O projeto de formação deve contemplar as demandas trazidas pelos professores da escola, bem como as necessidades identificadas pela equipe diretiva, em parceria com as assessorias da SME, objetivando democratizar as discussões das questões fundamentais da escola, em todos os âmbitos e possibilitando a construção coletiva e o compromisso dos professores nas decisões tomadas coletivamente.



Cada escola possui um projeto de formação o qual é discutido e acompanhado, sistematicamente, pela Diretoria Pedagógica em parceria com a Diretoria de Educação Infantil e a Diretoria de Ensino Fundamental, respectivamente.

O projeto de formação contempla as demandas trazidas pelos professores da escola, bem como as necessidades identificadas pela equipe diretiva, em parceria com as assessorias da SME, objetivando democratizar as discussões das questões fundamentais da escola, em todos os âmbitos e possibilitando a construção coletiva e o compromisso dos professores nas decisões tomadas coletivamente.

Nesta perspectiva, o processo formativo contempla diferentes estratégias, bem como utiliza-se de diferentes modalidades como palestras, oficinas, debates, discussões, trabalhos em grupo, sessões de estudo, leitura, relatos de experiência, dentre outras.

8.3. Valorização das práticas exitosas

Promover as boas práticas desenvolvidas pelos profissionais da educação é parte constitutiva do processo formativo e da valorização profissional. É de extrema importância disseminar práticas didático-pedagógicas que tenham tido um resultado positivo para que outros docentes possam conhecer, analisar, adotar e pensar novas práticas a partir destas, incentivados pelo “fazer” dos seus pares.

Congressos e Seminários de Práticas Exitosas, relatos de experiências em formações, grupo de estudos e publicações compõem estratégias para a valorização, divulgação e discussão de práticas de intervenções que estão sendo realizadas por profissionais da educação da Rede Municipal. A criatividade, a busca de novas metodologias, de novas abordagens, da inovação deve ser incentivada e valorizada.

Espaços e tempos para a formação continuada em serviço...

- Reuniões pedagógicas.
- Encontros formativos
- Sessões de Estudos.
- Relatos de experiências.



9. PROGRAMAS EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL

Para proporcionar uma educação de qualidade, o Governo Municipal adere a vários Programas fomentados pelo Governo Federal e estabelece parcerias, através de redes de cooperação com os diversos segmentos sociais, em especial com as Instituições de Ensino Superior, situadas no Município.

Caminhos da Escola – Transporte Escolar Acessível

O Programa Caminhos da Escola é uma linha de crédito concedida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas destinadas ao transporte escolar, garantindo a o acesso, a segurança, e a permanência dos alunos da Educação Básica, a partir de transporte qualificado. O Programa oportuniza, através do Programa Transporte Escolar Acessível, que estados e municípios adquiram miniônibus, especificamente projetados que garantam a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

Educação Quilombola

Para elevar a qualidade da educação oferecida às comunidades quilombolas, o Ministério da Educação oferece, anualmente, apoio financeiro aos sistemas de ensino. Os recursos são destinados para a formação continuada de professores para áreas remanescentes de quilombos, ampliação e melhoria da rede física escolar e produção e aquisição de material didático.

Escola Acessível

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Tem como objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

Livro Acessível

Programa do governo federal que visa promover a acessibilidade, no âmbito do Programa Nacional Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) assegurando aos estudantes com deficiência visual matriculados em escolas públicas da Educação Básica, livros em formatos acessíveis. O programa é implementado por meio do FNDE às quais se vinculam os Centros de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual (CAP) e os Núcleos Pedagógicos de Produção Braille (NAPPB).





Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. As Ações do Pacto se apóiam em quatro eixos de atuação: Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; Avaliações sistemáticas; Gestão, mobilização e controle social.

Plano das Ações Articuladas

O Plano de Ações Articuladas, é o conjunto de ações, apoiado técnica e financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa ao cumprimento das metas do Compromisso Todos pela Educação, sendo base para o termo de convênio ou cooperação firmado entre o MEC e o ente apoiado. Tem como público-alvo as Secretarias Estaduais de Educação e Secretarias Municipais de Educação. A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas.

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola)

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. O PDE-Escola constitui um esforço disciplinado da escola para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que ela é, o que faz e por que assim o faz, com um foco no futuro. O PDE Interativo é o sistema ou plataforma utilizada pelo programa.

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.



Programa Escola Aberta

O Programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno.

Programa Federal Sala de Recursos Multifuncionais

O Programa Federal Sala de Recursos Multifuncionais apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjuntos de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, bem como, do professor para atuar no AEE.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O PIBID é um Programa do Ministério da Educação, gerenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), cujo objetivo é o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica, visando a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. O programa concede bolsas a estudantes de cursos de licenciatura para que desenvolvam atividades pedagógicas em escolas da rede pública de educação básica. A orientação e o acompanhamento dos bolsistas de iniciação são feitos por docentes das escolas públicas onde exercem sua prática e por professores da instituição de ensino superior responsáveis pela formação.

Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação é tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, projetos e programas, em consonância com o projeto pedagógico da escola, ampliando tempo, espaços e oportunidades, através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando a todos o direito de aprender.





Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem por objetivo fomentar a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática.



Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA FIC)

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA FIC) tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infra-estrutura para oferta dos cursos dentre outros.

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), por considerar que a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, é indispensável à melhoria da qualidade da educação. Seu principal objetivo é prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. As unidades construídas no âmbito do Proinfância são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como: salas de aula, sala de informática, bibliotecas, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das administrativas e de serviço.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) é um programa educacional que promove o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio. O MEC compra, distribui e instala laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica. Em contrapartida, os governos locais (prefeituras e governos estaduais) devem providenciar a infraestrutura das escolas, indispensável para que elas recebam os computadores.





Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes.

Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos

O Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos disponibiliza livros didáticos aos alfabetizandos e estudantes jovens, adultos e idosos das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, das escolas públicas com turmas de alfabetização e de ensino fundamental e médio na modalidade EJA. Os livros didáticos serão todos consumíveis e entregues para utilização dos alunos e educadores beneficiários, que passam a ter sua guarda definitiva, sem necessidade de devolução ao final de cada período letivo.

Programa Saúde e Prevenção na Escola

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos.



Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sistema Nacional de Formação Continuada

O Sistema Nacional de Formação Continuada atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação. O objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que já estejam em exercício nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação dos docentes.

Fonte: Portal da Educação, Ministério da Educação.



10. PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE (PAE)

O Programa de Apoio ao Estudante (PAE) é o projeto estratégico do governo cuja responsabilidade é garantir o acesso e a permanência do estudante no meio escolar. Dentre as ações desta política pública, a entrega anual de material e uniforme escolar para todos os alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental é de extrema importância. Cabe à Prefeitura Municipal de Canoas, através da Secretaria Municipal da Educação, investir esforços na melhoria da educação, maximizando a assistência ao educando, através de inúmeras promoções da vida escolar, até mesmo naquilo que vai muito além da sala de aula.



Nesta perspectiva, o uniforme escolar aponta para a superação da exclusão social no meio escolar, visto que “estar na escola” é ter a oportunidade para aprender que todas as pessoas são merecedoras de dignidade e igualdade de condições.

O uniforme escolar proporciona economicidade no âmbito familiar, amenizando as práticas consumistas nocivas que prejudicam a formação do estudante. Além de estimular o sentimento de pertencimento à comunidade escolar, a escola e ao grupo, o uso do uniforme escolar proporciona segurança, através da identificação dos estudantes uniformizados nos espaços e logradouros públicos.

A Secretaria de Educação entende, ainda, a importância da política pública do material escolar, enquanto locus de construção do conhecimento e exercício da cidadania. Nesta perspectiva, os kits do material escolar contemplam produtos escolares imprescindíveis ao processo de ensino e aprendizagem e, assim, ratificamos a qualidade dos objetos bem como os requisitos de segurança quando da utilização e manuseio do material escolar pelos estudantes. O PAE além de preocupar-se com as questões de aquisição do uniforme e material escolar, auxiliando com isso inúmeras famílias, até mesmo no quesito financeiro, propõe-se também a visualizar parcerias que estimulem o convívio social. Em conjunto com outras secretarias, a Secretaria de Educação, prima pela formação e implementação dos Grêmios Estudantis nas escolas municipais. Para tanto, é dado todo o suporte necessário aos estudantes a fim de participarem da criação de estatutos aos grêmios estudantis. Este processo de eleições é acompanhado, através de projetos.



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O projeto macro da Secretaria visa a integrar o educando na sociedade, auxiliando-o em todas as etapas de sua formação. Inserir-lo em chapas e comissões eleitorais é preparar os jovens, através de uma consciência transformadora, como proposta de analisar e refletir não somente a comunidade escolar, mas de dar a esses educandos a capacidade de compreenderem o meio social em que vivem.





11. PROGRAMA DE INCENTIVO A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Na atualidade somos uma grande aldeia global, interligados instantaneamente ao mundo virtual, nossos jovens e crianças tem ao toque de seus dedos a possibilidade de acesso a informações infinitas. Esta nova conjuntura exige que escolas e professores utilizem as tecnologias como ferramentas para promoção do ensino-aprendizagem e da cidadania, como afirmam Almeida & Prado (1999, p.1):

“Hoje é consenso que as novas tecnologias de informação e comunicação podem potencializar a mudança do processo de ensino e de aprendizagem e que, os resultados promissores em termos de avanços educacionais relacionam-se diretamente com a idéia do uso da tecnologia a serviço da emancipação humana, do desenvolvimento da criatividade, da autocrítica, da autonomia e da liberdade responsável.”

Sendo consciente desta realidade o poder público municipal, através da Secretaria Municipal da Educação implementa o Programa de Incentivo a Utilização de Tecnologia Educacional, que tem por objetivo oportunizar a aquisição de equipamentos de notebooks, segundo as configurações definidas, bem como propiciar formações que capacitem os servidores para a utilização destas Tecnologias Educacionais. Este programa tem por objetivo modernizar os instrumentos e métodos de ensino-aprendizagem, através de meios e soluções propiciados pela tecnologia da informação.



12 PROGRAMA BEM ESTAR DOCENTE

O projeto Bem Estar Docente tem como proposta a parceria entre as Secretarias de Educação, Desenvolvimento Social, Saúde e SMPG na configuração dos profissionais. Tem como metodologia o atendimento individualizado, atendimento especializado e em grupo aos educadores da rede, formações coletivas, palestras específicas nos aspectos de saúde, relações interpessoais, financeiros e jurídicos.

Tem por objetivo principal desenvolver o **Projeto Cuidando do Cuidador** que tem como foco auxiliar o educador da rede municipal de Canoas nas questões pessoais que permeiam os aspectos: afetivos, sócio-culturais, de saúde e financeiros. Ainda busca atender os profissionais em suas individualidades de forma preventiva, resgatando seu valor como ser humano e profissional. Por se tratar de atendimento especializado tem como finalidade acolher cada profissional, observando sua saúde e questões pessoais individuais. Busca suprir a necessidade dos educadores de serem atendidos por profissionais específicos, sem necessidade de deslocamento de seu trabalho e sem ônus.



13. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA: ÂMBITOS MUNICIPAL E FEDERAL

13.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

A avaliação externa é vista como um instrumento de garantia da equidade e qualidade da educação e principal meio de formulação de políticas e sua implementação. A Rede Municipal de ensino de Canoas participa das avaliações externas oferecidas pelo Ministério da Educação, o qual propõe avaliações em larga escala para a Educação Básica: Provinha Brasil, a Prova Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Estes instrumentos buscam um diagnóstico dos sistemas de ensino do Brasil, a partir do desempenho dos estudantes em testes padronizados.



Indicador resultante do desempenho escolar (Prova Brasil) com os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar).

A Provinha Brasil e a Prova Brasil são instrumentos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC).

A Provinha Brasil é aplicada a alunos matriculados no segundo ano de escolarização (na estrutura do Ensino Fundamental de nove anos). Visa diagnosticar o nível de alfabetização das crianças das redes públicas de ensino, após um ano de escolaridade, buscando oferecer dados e informações que possibilitem a intervenção para qualificar a prática educativa e a aprendizagem no que tange ao processo de alfabetização.

A Prova Brasil é aplicada a alunos matriculados no quinto e nono ano de escolarização (na estrutura do Ensino Fundamental de nove anos) e na terceira série do ensino médio. Os estudantes respondem a questões de Língua Portuguesa, com foco em leitura, e Matemática, com foco na resolução de problemas.



O IDEB é um importante instrumento na busca pela melhoria da Educação Básica. Foi oficializado pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, mediante instituição de programas e ações, em prol de uma mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica:

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007)

Os resultados obtidos nas avaliações externas devem ser um ponto de partida para refletir e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional. Não devem configurar um ranking entre as escolas, ao contrário, devem priorizar uma ação-reflexão de todos os envolvidos, buscando sucesso e qualidade na aprendizagem da escola como um todo em relação a ela mesma. Neste sentido para a efetividade das avaliações externas é necessário que os dados e informações produzidos e sistematizados sejam de conhecimento dos professores, pais e alunos para que no coletivo da ação pedagógica possam ser utilizados para a implementação de ações, na busca da promoção da aprendizagem.

Um dos desafios assumidos pela gestão municipal é atingir as metas nacionais projetadas relativas ao IDEB. Dessa forma, com base na análise dos resultados do IDEB obtidos por cada uma das escolas de Ensino Fundamental da rede, foram delineadas políticas públicas visando o aprimoramento da qualidade de ensino no município.





4ª série/5º ano				
	Ideb Observado			
Município	2005	2007	2009	2011
CANOAS	3.8	4.1	4.4	4.8



Metas Projetadas							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.8	4.2	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0

8ª série/9º ano				
	Ideb Observado			
Município	2005	2007	2009	2011
CANOAS	3.6	3.5	3.5	3.9



Metas Projetadas							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6



13.2 Sistema de Avaliação da Educação Municipal (SAEM)

O Sistema de Avaliação da Educação Municipal (SAEM) foi instituído pelo Decreto Nº. 832 de 11 de agosto de 2009. Conforme Rosa (2012, p.1):

Para pensar e construir um Sistema Municipal de Avaliação foi preciso refletir sobre o seguinte questionamento: como balizar uma política de avaliação que almeje diagnosticar falhas no sistema e a partir disso melhorar, numa perspectiva dialógica, as condutas escolares de forma a adequar as relações existentes na escola? Utilizando as lentes da avaliação como ferramenta conceitual que atua no sentido de transformar os dados evidenciados em processos investigativos e em ações formativas é possível estabelecer a conexão entre a reflexão e a prática pedagógica, atrelando ao contexto dos sujeitos envolvidos na cultura da educação escolarizada de Canoas.

A iniciativa por implementar um sistema próprio de avaliação, possibilita à Gestão Pública, o acompanhamento dos processos e dos resultados, tornando o trabalho público, notório e fundamental para ação de políticas públicas endereçadas as demandas surgidas. Portanto, o SAEM se constitui como política pública de Estado, atendendo aos princípios da Res (pública) (ROSA, 2012).



Os dados obtidos através do SAEM auxiliam os gestores, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação (SME), a rede de escolas e os sujeitos envolvidos nos processos educacionais a gerar informações sobre a educação, visando a melhorar a qualidade do ensino. O referido sistema





possui finalidades voltadas para a garantia do direito à educação e qualidade no processo de aprendizagem.

A avaliação institucional também é um importante instrumento para que a escola, comunidade escolar e a Secretaria de Educação tenham uma visão geral de como os processos de aprendizagem estão acontecendo. Porém, ela não deve ser vista como mais um instrumento, deve servir sim para tomada de decisões e aperfeiçoamento do trabalho realizado administrativa e pedagogicamente, como nos afirma Luckesi (1998, p. 43), “a avaliação deve ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos”.

A avaliação institucional na Rede Municipal é feita anualmente compondo o processo de avaliação previsto no Plano de Carreira - Lei Nº. 5580 de 11 de fevereiro de 2011 e serve de diagnóstico para o planejamento futuro dos processos educacionais da escola e da Secretaria de Educação.



REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.
- BARBOSA, Maria Carmem e HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na Escola Infantil. IN: CRAYDY, Carmem e KAERCHER, Gládis E. (org.) Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artes Médicas, 2000, p. 67-79.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A rotina nas pedagogias da Educação Infantil: dos binarismo à complexidade. In: Reunião da ANPEd, 24, 2001. p. 1-16.
- ____. Por Amor e por Força – Rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ____. Projeto Político-pedagógico para Educação Infantil. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda e REDIN, Marita Martins (Org). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 77-82.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUEI, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. São Paulo: Saraiva 1988.
- ____. Lei n.º 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC: Brasília, 1996.
- ____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais; apresentação dos temas transversais, ética; Ciências Naturais; artes. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- ____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- ____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil. Vol. 1, 1998.
- ____. Lei n.º 10.639/03. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, 2003.
- ____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.





____. Lei n.º 11.645/08. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil . Brasília: 2008.

____. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação : Prova Brasil : ensino fundamental : matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008.

____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. MEC: Brasília, 2009.

____. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.MEC/SECAD: Brasília, 2009

____. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica. Brasília, 2009.

____. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n° 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

____. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

____.Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>.

CARBONELL, Jaume. A aventura de inovar: a mudança na escola. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artemed Editora, 2002.

CARDOSO, Romi L. A formação de professores sob o olhar da (re)construção das Diretrizes de Alfabetização: a experiência do município de Canoas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2013.

CNE/CEB. Resolução n.º. 2/98 de 7 de abril de 1998, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília/DF: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, 1998.

CNE/CEB. Parecer n.º 06/2005, de 08 de junho de 2005, estabelece normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Brasília/DF: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, 2005.



CNE/CEB. Parecer nº 18/2005, de 15 de setembro de 2005, orienta a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Brasília/DF: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, 2005.

CNE/CEB. Resolução nº 3/2005, de 03 de agosto de 2005, define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Brasília/DF: Câmara de Educação Básica/Conselho Nacional de Educação, 2005.

CUNHA, Maria Isabel. O bom professor e sua prática. 23ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

ELLIOTT, John. El cambio educativo desde la investigación-acción. 3ª. ed. Madrid: Morata, 2000.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Inovação, Mudança e Cultura Docente. Brasília: Liber Livro, 2006.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FEUERSTEIN, R. Mediated Learning Experience. Hadassah-Wizo-Canada Research Institute, 1986.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtiva. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

____. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2000.

____. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2000.

____. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LEI ESTADUAL Nº 11.056, de 18 de dezembro de 1997. Dispõe sobre matrícula para aluno portador de deficiência locomotora em escola pública mais próxima de sua residência, assegura adequação dos espaços físicos e dá outras providências

LUCK, Heloisa. Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional. 19ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.





MACHADO, Juliana Aquino. A escola como espaço de formação continuada de professores: um estudo no contexto da rede municipal de ensino de Canoas-RS. – 2013. Dissertação (mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2013.

MEC. Resolução CNE/CEB nº 04/2009. Diretrizes Nacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica modalidade Educação Especial.

MOLL, Jaqueline (Org.). Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOLL, Jaqueline et alli. Caminhos da Educação Integral no Brasil – direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio B.; GARCIA, Regina Leite. Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

MÜLLER, Fernanda e REDIN, Marita Martins. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda e REDIN, Marita Martins (Org). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-22.

NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança adotada pela Resolução 44/25 da Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989.

PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS/RS. Decreto nº 832 de 11 de agosto de 2009 que institui o Sistema de Avaliação da Educação Municipal (SAEM). Canoas/RS: Canoas/RS: Secretaria Municipal da Educação, 2009.

REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca! Porto Alegre: Mediação, 2000.



REDIN, Marita Martins. Planejamento na educação infantil com um fio de linha e pouco vento. In: REDIN, Euclides; MÜLLER, Fernanda e REDIN, Marita Martins (Org). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.p. 83-99.

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012. Estabelece normas para a oferta da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para o Sistema Municipal de Ensino de Canoas.

ROSA, Sônia M.O. Canoas Avalia: instrumento diagnóstico na instituição de políticas de formação docente. In: II Seminário Observatório, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas. São Leopoldo: Unisinos. IHU, 27 e 28 de novembro de 2012.

SPODEK, Bernard e SARACHO, Olívia N. Ensinando crianças de 3 a 8 anos. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKI, Lev S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre: ArtMed, 1998.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. Projeto Político Pedagógico.
Canoas: Secretaria Municipal de Educação, 2013. 83p.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Educação Infantil. 3. Ensino Fundamental.
4. Educação de Jovens e Adultos. 5. Educação Inclusiva.

NOTA TÉCNICA

Coordenação da elaboração do PPP:

- Angelita Márcia Lusana Michelon (Diretoria Pedagógica- SME)

Equipe executiva:

- Alexandre Rafael da Rosa
- Cláudia D. Vasconcellos Moraes (Diretoria de Educação Infantil- SME)
- Diovane Alves dos Santos
- Elisângela Krafchinsti Trentin
- Eliza Veadrigo
- Eri Domingos da Silva (Diretoria de Educação Inclusiva- SME)
- Íris Acosta Dias da Silva
- Juliana Aquino Machado
- Miriam Souza Batista (Diretoria do Ensino Fundamental-SME)

Assessoria:

- Dra. Dirléia Fanfa Sarmento (Fundação La Salle e Centro Universitário La Salle)

Revisão:

- Eunice Lanes Berté

Fotos:

- Arquivo da Secretaria Municipal da Educação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS

